

Exportações da Relação para Portugal		Importações da Relação para Portugal	
Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Algodão em bruto	1.000.000	Algodão em bruto	1.000.000
Algodão em fiado	2.000.000	Algodão em fiado	2.000.000
Algodão em tecido	3.000.000	Algodão em tecido	3.000.000
Algodão em malha	4.000.000	Algodão em malha	4.000.000
Algodão em fio	5.000.000	Algodão em fio	5.000.000
Algodão em malha	6.000.000	Algodão em malha	6.000.000
Algodão em fio	7.000.000	Algodão em fio	7.000.000
Algodão em malha	8.000.000	Algodão em malha	8.000.000
Algodão em fio	9.000.000	Algodão em fio	9.000.000
Algodão em malha	10.000.000	Algodão em malha	10.000.000
Algodão em fio	11.000.000	Algodão em fio	11.000.000
Algodão em malha	12.000.000	Algodão em malha	12.000.000
Algodão em fio	13.000.000	Algodão em fio	13.000.000
Algodão em malha	14.000.000	Algodão em malha	14.000.000
Algodão em fio	15.000.000	Algodão em fio	15.000.000
Algodão em malha	16.000.000	Algodão em malha	16.000.000
Algodão em fio	17.000.000	Algodão em fio	17.000.000
Algodão em malha	18.000.000	Algodão em malha	18.000.000
Algodão em fio	19.000.000	Algodão em fio	19.000.000
Algodão em malha	20.000.000	Algodão em malha	20.000.000
Algodão em fio	21.000.000	Algodão em fio	21.000.000
Algodão em malha	22.000.000	Algodão em malha	22.000.000
Algodão em fio	23.000.000	Algodão em fio	23.000.000
Algodão em malha	24.000.000	Algodão em malha	24.000.000
Algodão em fio	25.000.000	Algodão em fio	25.000.000
Algodão em malha	26.000.000	Algodão em malha	26.000.000
Algodão em fio	27.000.000	Algodão em fio	27.000.000
Algodão em malha	28.000.000	Algodão em malha	28.000.000
Algodão em fio	29.000.000	Algodão em fio	29.000.000
Algodão em malha	30.000.000	Algodão em malha	30.000.000
Algodão em fio	31.000.000	Algodão em fio	31.000.000
Algodão em malha	32.000.000	Algodão em malha	32.000.000
Algodão em fio	33.000.000	Algodão em fio	33.000.000
Algodão em malha	34.000.000	Algodão em malha	34.000.000
Algodão em fio	35.000.000	Algodão em fio	35.000.000
Algodão em malha	36.000.000	Algodão em malha	36.000.000
Algodão em fio	37.000.000	Algodão em fio	37.000.000
Algodão em malha	38.000.000	Algodão em malha	38.000.000
Algodão em fio	39.000.000	Algodão em fio	39.000.000
Algodão em malha	40.000.000	Algodão em malha	40.000.000
Algodão em fio	41.000.000	Algodão em fio	41.000.000
Algodão em malha	42.000.000	Algodão em malha	42.000.000
Algodão em fio	43.000.000	Algodão em fio	43.000.000
Algodão em malha	44.000.000	Algodão em malha	44.000.000
Algodão em fio	45.000.000	Algodão em fio	45.000.000
Algodão em malha	46.000.000	Algodão em malha	46.000.000
Algodão em fio	47.000.000	Algodão em fio	47.000.000
Algodão em malha	48.000.000	Algodão em malha	48.000.000
Algodão em fio	49.000.000	Algodão em fio	49.000.000
Algodão em malha	50.000.000	Algodão em malha	50.000.000
Algodão em fio	51.000.000	Algodão em fio	51.000.000
Algodão em malha	52.000.000	Algodão em malha	52.000.000
Algodão em fio	53.000.000	Algodão em fio	53.000.000
Algodão em malha	54.000.000	Algodão em malha	54.000.000
Algodão em fio	55.000.000	Algodão em fio	55.000.000
Algodão em malha	56.000.000	Algodão em malha	56.000.000
Algodão em fio	57.000.000	Algodão em fio	57.000.000
Algodão em malha	58.000.000	Algodão em malha	58.000.000
Algodão em fio	59.000.000	Algodão em fio	59.000.000
Algodão em malha	60.000.000	Algodão em malha	60.000.000
Algodão em fio	61.000.000	Algodão em fio	61.000.000
Algodão em malha	62.000.000	Algodão em malha	62.000.000
Algodão em fio	63.000.000	Algodão em fio	63.000.000
Algodão em malha	64.000.000	Algodão em malha	64.000.000
Algodão em fio	65.000.000	Algodão em fio	65.000.000
Algodão em malha	66.000.000	Algodão em malha	66.000.000
Algodão em fio	67.000.000	Algodão em fio	67.000.000
Algodão em malha	68.000.000	Algodão em malha	68.000.000
Algodão em fio	69.000.000	Algodão em fio	69.000.000
Algodão em malha	70.000.000	Algodão em malha	70.000.000
Algodão em fio	71.000.000	Algodão em fio	71.000.000
Algodão em malha	72.000.000	Algodão em malha	72.000.000
Algodão em fio	73.000.000	Algodão em fio	73.000.000
Algodão em malha	74.000.000	Algodão em malha	74.000.000
Algodão em fio	75.000.000	Algodão em fio	75.000.000
Algodão em malha	76.000.000	Algodão em malha	76.000.000
Algodão em fio	77.000.000	Algodão em fio	77.000.000
Algodão em malha	78.000.000	Algodão em malha	78.000.000
Algodão em fio	79.000.000	Algodão em fio	79.000.000
Algodão em malha	80.000.000	Algodão em malha	80.000.000
Algodão em fio	81.000.000	Algodão em fio	81.000.000
Algodão em malha	82.000.000	Algodão em malha	82.000.000
Algodão em fio	83.000.000	Algodão em fio	83.000.000
Algodão em malha	84.000.000	Algodão em malha	84.000.000
Algodão em fio	85.000.000	Algodão em fio	85.000.000
Algodão em malha	86.000.000	Algodão em malha	86.000.000
Algodão em fio	87.000.000	Algodão em fio	87.000.000
Algodão em malha	88.000.000	Algodão em malha	88.000.000
Algodão em fio	89.000.000	Algodão em fio	89.000.000
Algodão em malha	90.000.000	Algodão em malha	90.000.000
Algodão em fio	91.000.000	Algodão em fio	91.000.000
Algodão em malha	92.000.000	Algodão em malha	92.000.000
Algodão em fio	93.000.000	Algodão em fio	93.000.000
Algodão em malha	94.000.000	Algodão em malha	94.000.000
Algodão em fio	95.000.000	Algodão em fio	95.000.000
Algodão em malha	96.000.000	Algodão em malha	96.000.000
Algodão em fio	97.000.000	Algodão em fio	97.000.000
Algodão em malha	98.000.000	Algodão em malha	98.000.000
Algodão em fio	99.000.000	Algodão em fio	99.000.000
Algodão em malha	100.000.000	Algodão em malha	100.000.000

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz publico que não sendo possivel realizar a arrematação em hasta publica das lamas e lixos provenientes da limpeza da cidade, como havia sido annunciado, novamente vai ser posta em praça com as mesmas condições que estão patentes nos paços do concelho, e ali podem ser examinadas. As pessoas que quizerem arrematar os ditos generos devem comparecer nos ditos paços no dia 26 do corrente, pela uma hora da tarde, a fim de se effectuar o contrato, se assim convier á vereação.

Camara, 20 de abril de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

CONTADORIA DA SUB-INSPECÇÃO GERAL DOS CORREIOS

Annuncia-se, conforme o disposto na carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Anna Ignacia do Espírito Santo Lopes, viúva de Maximo Joaquim Lopes, o abono do vencimento que se ficou devendo ao dito seu marido, como porteiro, que foi, da administração geral dos correios. Se houver pois quem se julgue tambem com direito á percepção da mesma divida, virá deduzi-lo, requerendo pela sub-inspecção geral dos correios dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será despatchado o requerimento da supplicante como for de justiça.

Annuncia-se, conforme o disposto na carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Victorino José Gomes da Costa, da villa da Feira, o pagamento do que se ficou devendo a seu fallecido irmão, Joaquim José Gomes, como arrematante, que foi, da condução das malas entre aquella villa e Souto Redondo. Se houver pois quem se julgue como igual ou melhor direito á percepção da mesma divida, virá deduzi-lo, requerendo pela sub-inspecção geral dos correios dentro do prazo de sessenta dias, findo o qual será despatchado o requerimento do supplicante como for de justiça.

Contadoria da sub-inspecção geral dos correios, 20 de abril de 1860.—O contador, A. E. Bacellar.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada internamente da administração do mesmo hospital manda annunciá: Que está legalmente autorizada para a venda, ou aforamento, do terreno que o dito estabelecimento possui, com espaciaes frentes para o largo do Pogo do Borratim e rua da Bitesga, e com o fundo correspondente;

Que no indicado terreno ha materias de cantaria e alvenaria, com alicerces de muito valor, para dois predios, segundo a respectiva planta, e alçado approved pela ex.^{ma} camara municipal de Lisboa, e pela repartição das obras publicas;

Que até ao dia 30 do corrente meo recebe propostas para a venda, ou aforamento, de cada um dos ditos predios, em principio de edificação, vindo em cartas assignadas pelos proponentes, em que declarem o maior preço que offerem por cada um dos mesmos predios, e respectivos materiais, podendo o dito preço ser designado em moeda corrente, ou tambem, na hypothese de venda, em inscripções com assentamento na junta do credito publico, e declarando-se especificamente nas cartas a natureza do contrato que se pretende realizar;

Que as assobreditas propostas serão abertas, perante a reitoria commissão, no dito dia 30 do corrente, pelas onze horas da manhã, na sala das suas sessões, no dito hospital, em presença dos concorrentes, e que no mesmo acto se procederá á licitação publica para a venda, ou aforamento, de cada um dos mencionados predios, com o maior lance relativo que constar das mesmas propostas, e na especie, quanto á venda, que mais convier ao estabelecimento, para se arrematar, no caso de convir ao hospital maior lance offerido;

Que as condições para os ditos contratos, bem como a referida planta e alçado, podem ver-se na contadoria do mesmo hospital, aonde tambem se prestarão quaesquer esclarecimentos sobre este assumpto, em todos os dias não santificados, das nove horas da manhã ás tres da tarde;

Que, finalmente, no local indicado encontrarão os interessados, desde o meio dia até ás seis horas da tarde, quem lhes mostre os terrenos, os materiais de cantaria e alvenaria, e de quaesquer explicações que desejarem.

Contadoria do hospital de S. José, 18 de abril de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Sendo necessario mandar para Timor um cirurgião approved por alguma das escolas do reino, abre-se concurso perante o conselho de saude naval e do ultramar para o provimento do referido lugar. Os facultativos que se acharem nas circunstancias de desempenhar aquella commissão poderão entregar os seus requerimentos, devidamente documentados, no hospital da marinha, declarando as vantagens que pretendem.

Hospital da marinha, 7 de abril de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 25 do corrente, pelo meio dia, o mesmo conselho ha de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo tempo que se convencionar, da pregradura necessaria para consumo no arsenal.

Não tendo sido aceito o ultimo lance offerido em praça no dia 17 do corrente, pelo transporte das madeiras cortadas na matta do Bourro, para o serviço do arsenal da marinha, desde a referida matta até ao embarque no Carregado, de novo se ha de abrir arrematação no dia 1 de maio futuro, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, para o transporte das ditas madeiras.

No dia 3 de maio futuro, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho pôr de novo em arrematação, na sala das suas sessões, a venda de uma porção de cabos julgados inúteis para o serviço do arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 21 de abril de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, a 24 do corrente, para S. Miguel, o pacheito S. José 2.^o

A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 20 de abril de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS E JORNAIS RETIDOS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Antonio Garcia, Antonio Gregorio de Freitas—Bernardo Pedro de Freitas Corte Real—Freitades

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 16 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX.^{mo} SR. VISCONDE DE LAMORIM, VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares (Conde de Mello, Conde de Peniche)

(Assistiam os srs. presidente do conselho, e ministros do reino e das obras publicas.)

Depois das tres horas da tarde, tendo-se verificado a presenca de 26 dignos pares, declarou o ex.^{mo} sr. presidente aberta a sessão.

Leu-se a acta da antecedente contra a qual não houve reclamação.

Não houve correspondencia de que dar conta.

O sr. Visconde de Sá—sr. presidente, eu peço licença para mandar para a mesa uma petição da camara municipal de Aviz, pedindo que a directriz do caminho de ferro de leste seja a do valle do Soraya, seguindo o traçado do engenheiro Rumball. A camara dos pares ha de, sem duvida, dar a esta petição o aprego que ella merece.

Vou tambem mandar para a mesa uma proposta que eu, ha cinco annos, fiz a esta camara, e que tem por fim juntarem-se alguns artigos ao nosso regulamento, sobre o modo de proceder nas sessões secretas. Eu não sei bem a historia d'esta minha proposta, mas creio que foi a uma commissão. Agora que se trata do regulamento, lembrei-me que tinha feito uma proposta; examinei este negocio na secretaria e vi que a havia feito, com data de 30 de abril de 1855, e sobre a qual a commissão respectiva ainda não deu o seu parecer. Eu renovo pois esta proposta, e peço que, com urgencia, vá á commissão do regulamento para, com a possivel brevidade, dar o seu parecer.

Agora peço a v. ex.^a a palavra para fazer algumas perguntas ao sr. ministro da marinha, que está presente; creio que s. ex.^a se acha preparado para responder.

A proposta é a seguinte:

Quando a camara dos pares, em conformidade do artigo 10.^o do acto addicional á carta constitucional da monarchia, tiver de examinar, discutir e votar um tratado, concordata ou convenção, que o governo houver celebrado com qualquer potencia estrangeira, observar-se-hão as regras seguintes: 1.^a O presidente da camara dos pares, tendo recebido da presidencia da camara dos srs. deputados o competente projecto de lei, dará d'isso parte á camara na primeira sessão publica que houver. 2.^a Em seguida, e em sessão secreta, será lido o projecto de lei com o respectivo tratado, concordata ou convenção. 3.^a Depois praticar-se-ha a seu respeito o mesmo que pelo regulamento da camara se acha prescripto para o exame dos outros projectos de lei, menos no que diz respeito á impressão. 4.^a Logo que a commissão que tiver examinado o projecto de lei houver communicado ao presidente da camara que tem prompto o seu parecer sobre o mesmo projecto, o presidente mandará, por uma circular, fazer aviso a todos os pares que estiverem em Lisboa, de que o mesmo projecto de lei, com o parecer da commissão, se achará em um gabinete reservado pelos pares que quizerem, indicando na mesma circular o numero de dias que ali estarão os mesmos documentos. 5.^a Depois, em sessão publica da camara, o presidente designará o dia em que o projecto de lei deverá principiar a ser discutido. 6.^a Terminada que seja a discussão se procederá á votação do projecto de lei, a qual se fará pelo modo ordinario ou nominalmente, se assim a camara o decidir. 7.^a Em seguida tornar-se-ha á sessão publica, e o presidente annunciará a solução dada ao projecto de lei.

Renovo esta proposta, e peço que, com urgencia, vá á commissão do regulamento, para, com a possivel brevidade, dar o seu parecer, para ser discutido.

Camara dos pares, em 16 de abril de 1860.—Sá da Bandeira.

O sr. Marquez de Vallada—vendo sentado nas cadeiras dos srs. ministros o sr. ministro do reino entendeu que devia pedir a palavra para dirigir a s. ex.^a a pergunta que na ultima sessão annunciou, a qual está em conformidade com os desejos que já manifestou por vezes a s. ex.^a, por occasião da interpellação sobre as prisões que haviam tido lugar na cidade do Porto, e depois sobre a ordem que s. ex.^a dera para que fossem soltos esses presos que o tinham sido por indicação do actual governador civil de Lisboa, o sr. conde de Paraty.

A camara recorda-se, e o paiz já registrou a resposta (na opinião da maior parte das pessoas com quem tem fallado) inconveniente, e a seu ver, bem pouco constitucional, que o sr. ministro deu á pergunta que elle, par do reino, dirigiu a s. ex.^a A resposta de s. ex.^a foi de certo polida e tinha todo o cabimento, se fosse pedida fora d'esta camara por um cavalheiro, e respondida por outro. Não houve agravo feito pelo sr. ministro á pessoa do orador, visto que se não empregaram palavras menos proprias de se dizerem em uma camara, ou n'uma sociedade de homens bem educados; mas como representante da nação, como par do reino, não pôde consentir, que, por seu respeito, fique menosprezado um principio, sejam postergadas as garantias constitucionaes, soffra o decoro d'esta camara e do paiz.

Perguntou o orador a s. ex.^a se foram presos tres individuos, dois francezes, e parece-lhe que um portuguez; e se o governador civil de Lisboa que fez a indicação foi leviano; hypothese permitida n'uma ordem de raciocinio, e que assim impunha ao sr. ministro a obrigação de castigar a falta, advertindo, amonestando ou demittindo o empregado de confiança que mal respondera a esta. Mas essa hypothese não podia admitti-la o orador, que desde logo disse que estava certo das boas intenções e da lealdade do actual governador civil de Lisboa. Tinha o sr. ministro ordenado que fossem soltos aquelles individuos, e portanto achou inconveniente a medida adoptada pelo sr. governador civil, pois que, sem o prevenir, mandou soltar esses individuos; e n'isto elle, orador, entende que a autoridade, de que o sr. governador civil é depositario, foi menosprezada por este acto do sr. ministro.

Foi menosprezada uma autoridade importante que está á frente de um districto, no qual se está procedendo a descobertas importantes, quando um trauma horrivel tem sido urdido na Europa: e diz na

Europa, pois todos sabem que não é só em Portugal que ha associações que se occupam neste trafico, que estão unidas por um só pensamento, que se correspondem para o mesmo fim, e que tendem todas a conseguir o mesmo triumpho.

É necessario que os homens de bem e os governos se unam para acabar com taes escandalos; e não é n'estas circumstancias que as autoridades, que segundo a opinião geral procedem com lealdade, devem ser menosprezadas.

Mas se o sr. marquez não tem nada com as autoridades representadas por certos individuos, ou por qualquer cousa feita de um individuo a outro, tem tudo quando o principio da autoridade é menosprezado.

O sr. ministro, antes mesmo das considerações que o orador fez, disse que para poupar tempo á camara ia responder á pergunta do par, e com effeito respondeu que haviam sido presos e foram soltos, e que nada mais podia acrescentar ainda que lho perguntasse.

Seria um negocio diplomatico, um tratado que estava in petto, um negocio que estava entabulado, e que seria inconveniente ao paiz que se divulgasse extemporaneamente? Não.

O sr. ministro não podia, nem devia, esperar, conhecendo-o como s. ex.^a o conhece, tendo conversado com elle, orador, como conversam geralmente homens que se occupam de negocios importantes, que lhe viesse fazer perguntas que podessem prevenir, ou prejudicar, o andamento dos procedimentos entre mãos. E note-se bem uma cousa extraordinaria que ha no segredo que s. ex.^a fazia da resposta simples que exigia uma pergunta franca e concisa, como a que lhe tinha dirigido. O sr. ministro não lhe podia dizer nada então, em quanto na camara dos srs. deputados se achavam, ha muito, importantes documentos sobre o negocio da moda falsa, a fim de serem examinados, e a imprensa continuava a ventilar o assumpto sobre que ha já muito tambem abrida discussão!

Affigura-se-lhe pois, que houve n'isso certa levandade da parte de s. ex.^a Se por ventura não são verdadeiras as apreciações que se fazem, e que o orador tinha igualmente direito a fazer, pelo menos são verosímeis; se podem ser taxadas de inexactas, não lhe parece todavia, que se podesse lançar em rosto aos homens que de certa maneira se apresentam apreciando o procedimento dos srs. ministros, que havia n'essa apreciação alguma cousa de inverosímil.

Que aconteceu depois de tudo isto? Já se acham presos dois dos individuos que haviam sido soltos. Varios jornaes dizem, que se acham presos todos, e publicam os nomes d'esses individuos, um dos quaes lhe parece que se chama Cruz e o outro Pierret, com quanto esteja elle orador persuadido que só ha dois que estão presos, e que o terceiro ainda goza de liberdade. O que é certo é que elles foram presos, depois soltos, e depois outra vez presos; mostrando-se assim que houve levandade, arbitrio e inconveniencia n'um negocio onde a maior circumpecção deve presidir a todos os passos, e onde o desejo do bem deve ser a alma de todos os empenhos. Não é de certo n'esta occasião, que os ministros e as autoridades devem proceder com pouca circumspecção, e muito menos é para esperar que se venha desconsiderar uma das casas do parlamento, a camara dos pares, dizendo-se a um dos seus membros, com ar magistral e de autoridade: não responde, não responde!

O nobre orador tem de si para consigo uma convicção profunda, que é, que se por ventura não viessemos sob um regimen constitucional, se as casas do parlamento não existissem, se a imprensa não fosse livre (a qual deseja que seja illustrada, prudente e honesta, e nunca ha de concorrer, esperar em Deus, para que acabe em o nosso paiz); se se não tivessem discutido tanto do alto da tribuna parlamentar, como da journalistica, todos esses escandalos, se elles não tivessem sido denunciados, ficariam impunes por falta de vigilancia, e quando o mal se tornasse evidente quem sabe se já seria irremediavel?

Está profundamente convencido de que ha um trama terrivel neste negocio da moda falsa. É a primeira vez que o diz em publico, mas já o disse em particular a um amigo seu, que era persuadido muita reflectida que tinha de que este trama da moda falsa é dirigido contra todas as nações e todos os governos; que ha um desejo, entre grande numero de pessoas de diversas classes, de se apoderarem da riqueza publica, e que o fazem para grandes commettimentos.

O orador vê, que para conseguirem este fim se adoptam os meios mais adequados, acobertando-se os cumplices com diversos mantos; aqui favorecendo a liberdade, n'outra parte a tyrannia com o nome de ordem; aqui cobrindo-se com o manto da religião, acolá asporando o espirito da impiedade; mas convergindo todos os seus diferentes e apparentemente contradictorios esforços para o mesmo fim, segundo o tempo e as circunstancias dispõem dos individuos que procuram ser escolhidos em toda a parte e receber protecção das diversas doutrinas, opiniões e partidos. De outro modo não se explica a elevação repentina de algumas pessoas que não por merecimento proprio, não por acções distinctas, mas por fortunas fabulosamente adquiridas, conseguem certa influencia, sobem muito alto.

Sendo certo como é, como os srs. ministros sabem perfeitamente, e todos nós o sabemos, que na Europa se trama hoje n'este sentido, que na Alemanha, por exemplo, se têm mandado fazer maquinas as mais aperfeccionadas, facto que se não pôde controverter porque é sabido já de todas as pessoas altamente collocadas e até de muitas que o são menos, é evidente que todos se devem convencer de que um grande numero de individuos se acha associado por toda a parte, seguindo á risca o conselho, que um individuo publicou pela imprensa e de que já ha mezes o orador fez aqui leitura como documento publico de grande importancia. Refere-se ás palavras do grão mestre do oriente de Belgica que aconselhava aos seus irmãos que se introduzissem em todos os logares importantes e da influencia que podessem conseguir para chegarem a estabelecer a sua supremacia no estado.

Este conselho, dado pelo grão mestre a todos os seus irmãos da maçonaria, os moedeiros passaram-nos tambem para si, e com effeito passaram a instituir associações, a multiplicar-las, para assim augmentar por todos os modos a sua receita. Ainda ha pouco acabamos de ver uma prova d'isso, na descoberta que se fez em casa de D. Francisco de Judicibus, o qual vendia diplomas maçonicos, e estabelecia lojas maçonicas por essa cidade, cobrindo-se os associados com esse manto de pedreiros livres para roubar e preverter.

O governo deve ser mui vigilante, não deve deixar perder nenhum d'estes symptomas que vieram providencialmente apontar-lhe para a existencia de um grande perigo; deve ter muito em lembrança todas as observações que se fazem a tal respeito, que não são de certo somente feitas por elle orador, mas tambem por outras pessoas que o acompanham no desejo vehemente de que se castiguem os criminosos, e que d'esse modo se possa garantir a honra e a existencia mesmo d'este paiz.

Feitas estas observações, insiste no que disse ha pouco, de que o sr. ministro do reino a seu ver andou mal dando uma resposta que com a sua costumada franqueza pôde asseverar a s. ex.^a que produzira muito mau effeito em toda a cidade. Effecti-

vamente o sr. ministro quiz fazer respeitar mais além do que podia e devia o lugar que occupa. De faze-lo respeitar tem s. ex.ª obrigação; e é necessário realmente que a autoridade se não desvirtue, mas também o é que o homem em qualquer posição que esteja se não queira elevar tão alto, que pela elevação demasiada caia como Icaro.

Foi por isso que o sr. marquez lamentou a resposta tão precipitada que s. ex.ª deu nas seguintes palavras. «Não respondo, não digo mais nada, e ainda que o digno par faça as considerações ou perguntas que quizer, eu não lhe hei de dar em resposta nem mais uma palavra.»

Apesar de tudo o orador teria parado onde ficou se por ventura um procedimento posterior aquelle a que então se referia não viesse autorisalo a suscitar outra vez esta discussão, e pedir ao sr. ministro que lhe explique o que ha, e como é isto de se terem prendido, soltado e tornado a prender os individuos a que se tinha referido da primeira vez que fallou.

Não tem visto que os jornaes ministeriaes se tenham devidamente occupado d'este negocio; o que vê é que se tenta lançar desfavor sobre o nobre ministro da justiça, mesmo quando se fazem certos cumprimentos aos outros srs. ministros; e algum jornal tem havido que também tem lançado o desfavor sobre um irmão do nobre ministro das obras publicas, que o orador reputa um cavalheiro muito respeitavel. Assim houve um jornal, que no dia seguinte ao da interpellação feita pelo orador veio dizer que o marquez de Vallada tinha andado mal, mas que o sr. ministro do reino tinha andado muito bem, e que o excesso de cavalheirismo do nobre ministro é que era a causa de s. ex.ª não ter dado as explicações que se lhe pediam, pois, se as desse, poderia lançar um grande desfavor sobre o seu collega o sr. Martens Ferrão! Na verdade, é extraordinário isto! Mas o sr. marquez já sabe o que o sr. ministro do reino ha de responder-lhe, pois já está costumeado a estas luctas da tribuna; s. ex.ª ha de dar-lhe a mesma resposta que lhe deu uma vez o sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, que Deus tenha em gloria. «Para que me pergunta o digno par pelos periodicos (disse elle): sou eu o redactor responsavel d'elles?» O sr. ministro responde também assim provavelmente, talvez melhor; mas entretanto não se offenderá da comparação, porque o sr. Fonseca Magalhães costumava responder muito bem.

Mas desde já reflecte a s. ex.ª que o não quer tornar responsavel pelo que diz a imprensa, mas só que lhe reconheça o direito de analysar, de moralisar, e de pedir explicações, n'uma palavra, de fazer aquillo que se faz em todos os paizes que têm governo constitucional.

Em toda a parte se allude, e aqui se tem alludido muitas vezes, a que publicam os jornaes; e se tem tratado do procedimento de certas folhas periodicas em relação a certas e determinadas questões, a certas e determinadas pessoas ou autoridades. É, seguindo esses exemplos, que o orador falla do grande desfavor que alguns jornaes querem lançar sobre o sr. Martens Ferrão, de quem dizem que elle sr. marquez é aqui o defensor officioso, quando muitas vezes tem discordado d'elle; e só diz e sustenta que é pessoa séria, muito capaz, e de grande probidade; e isto di-lo com a independência que lhe é natural, e que todos lhe reconhecem (apoiados); e di-lo ao mesmo tempo com testemunho tanto mais valioso, que nunca pediu cousa alguma, nem tem tenção de pedir, ao sr. Martens Ferrão; portanto não é porque se considere ligado a deveres de gratidão, mas só aos da justiça e da verdade.

O sr. Presidente:—permita-me o digno par que o interrompa, para lhe dizer que as interpellações estavam dadas para a segunda parte da ordem do dia. Dei a palavra a v. ex.ª julgando que seria para uma simples pergunta ao sr. ministro do reino, que não alterasse a ordem que estava destinada para os nossos trabalhos de hoje; agora vejo que é uma interpellação em forma, e que ha de levar muito mais tempo; por consequencia, ou reservo a v. ex.ª a palavra, se por ventura tem de demorar-se muito em concluir a sua interpellação, ou esperarei que o digno par, fazendo justiça ás boas intenções com que tomei a liberdade de o interromper, conclua em poucas palavras a sua interpellação, e tomaremos isto como um incidente, que serve entretanto de diminuir os trabalhos da segunda parte da ordem do dia. Faça esta observação com todo o respeito e attenção ao digno par.

O sr. Conde da Taipa (sobre a ordem):—este caso é muito sério: não se pôde cortar a palavra ao digno par que está fallando: e previne desde já que também ha de fallar no mesmo objecto de que trata o digno par que é muito escandaloso.

O sr. Presidente:—o digno par mesmo para usar da palavra sobre a ordem é necessário que eu lh'a conceda, e eu ainda lh'a não concedi, porque o não posso fazer sem acabar de fallar o digno par o sr. marquez de Vallada, que ainda está de pé usando do seu direito (muitos apoiados).

O sr. Marquez de Vallada:—começou fazendo realmente uma interpellação, que já estava annunciada, e como não foi advertido la continuando.

O sr. Presidente:—eu não interrompi o digno par, logo no principio do seu discurso, porque v. ex.ª disse que aproveitava a occasião de estar presente o sr. ministro para lhe fazer uma pergunta, mas em abono da verdade é muito mais do que isso.

O sr. Marquez de Vallada:—sem entrar na questão de philosophia da lingua para distinguir entre pergunta, ou interpellação; e desceando empregar bem o tempo, limita-se a dizer que uma vez que viu que a presidencia nada dizia, e que o sr. ministro não reclamava, seguiu como julgou mais acertado, fallando por incidente sobre as accusações dos jornaes, e indiserções de certos amigos, que muitas vezes abusam da confiança dos ministros, e dos seus logares, tornando-se, como disse aqui um dia o sr. visconde de Castro, «amigos indiscretos» que fazem ás vezes mais mal aos ministros, do que os seus inimigos mais tenazes. Assim é que muitas vezes se leem elogios que se tornam censuras, e outras vezes censuras que se convertem em elogios. É o que está acontecendo com o sr. ministro da justiça quando, mentindo á consciencia, se escreve de s. ex.ª que é elle o primeiro convivente na moeda falsa (apoiados). Foi para isto que, elle orador, divagou um pouco; queria chegar a este ponto. Agora vae tratar de concluir, pedindo aos srs. ministros, que sejam n'este ponto, como em todos, sumamente cautelosos, para que se não possa dizer que por um procedimento menos considerado resulta parecer, pelo menos, que ss. ex.ª protegem, que o governo protege aquelles que traficam com a honra do paiz e de todos nós. E agora terminando espera que o sr. ministro do reino lhe explique o negocio da soltura e nova prisão de todos ou de alguns dos presos a que na outra sessão se referiu.

O sr. Ministro do reino:—tem muita consideração pela camara dos dignos pares, para deixar sem resposta as observações feitas por um dos seus membros; e pede á camara, pede ao sr. presidente, que reflectam, na sessão a que alludi s. ex.ª não deixou elle, sr. ministro, sem resposta as perguntas de s. ex.ª, com quanto disse unicamente aquella que lhe pareceu propria, conveniente e adequada, na circumstancia especial de que se tratava.

Se acaso um membro d'esta camara lhe dirigisse uma pergunta qualquer, á qual obstinadamente se recusasse a responder, é claro que, alem de faltar

a todos as deveres de cortezia e de civilidade, faltava aos deveres constitucionaes, porque os ministros da coroa têm obrigação de responder ao parlamento, em conformidade das leis, e da carta constitucional. O sr. ministro conhece bastante os seus deveres constitucionaes para faltar a elles; e portanto, por essa razão, e pelo systema invariavelmente seguido por sua parte, que talvez não deveria chamar-lhe systema, mas que é o effecto da sua educação, e da de todos os homens de bem, e que se estimam; não podia deixar de responder a uma pergunta que se lhe fazia. Parece-lhe, por consequencia, que não foi completamente exacta a apreciação que o digno par o sr. marquez de Vallada fez do seu pequeno discurso n'essa occasião; não disse que não responderia; respondeu o que entendeu que era do seu dever responder, e acrescentou que d'alli por diante julgava que as conveniencias publicas lhe impunham o dever do silencio.

Agora insiste o digno par em que lhe diga novamente as razões que houve para que as autoridades administrativas pousse em liberdade certos individuos, e que ultimamente fossem alguns d'esses individuos novamente postos em custódia.

Não deixa sem resposta esta nova pergunta, mas responde-lhe como da primeira vez. A autoridade puz em custódia alguns individuos e quasi todos foram pronunciados; houve motivos para soltar alguns dos que não foram pronunciados, e tornou-se ultimamente preciso proceder á captura de alguns dos que tinham sido soltos; e d'estes ultimos, com excepção de um, todos foram pronunciados. Como taes acham-se entregues ao poder judicial, este poder julgará se ha motivo ou não para proseguir na accusação contra elles.

Entrar em mais largas explicações sobre este assumpto, não lhe parece prudente, nem conveniente; e todos sabem que nos paizes, aonde o systema representativo está estabelecido com a maior perfeição, ha negocies que, sem serem inter-nacionais, reputam-se assim mesmo inconvenientes os debates sobre elles; e os ministros, que são n'este caso os responsaveis, declaram que não julgam opportuno dar explicações. Isto não quer dizer que o governo desconheça a obrigação de dar explicações, mas sim, que não pôde ser obrigado em qualquer occasião a da-las, se na sua opinião entender que podem prejudicar, comprometter ou atrasar o resultado das indagações que se estão fazendo. Portanto, collocando a questão no seu verdadeiro terreno, declara o sr. ministro que respondeu ás observações que o digno par fez na sessão anterior, e que agora responde da mesma forma. Se a sua resposta fez má impressão no publico, se fez má impressão em Lisboa, como o digno par disse, não sabe, nem pretende saber elle, sr. ministro. Trata só de cumprir com o seu dever, e não vem aqui para se fazer popular.

Está prompto sempre e resolvido a cumprir os seus deveres, embora se não torne popular, porque entende ser essa a sua obrigação.

Respondendo ao digno par, praticou um acto de cortezia, a que não é capaz de faltar, e cumpriu o seu dever constitucional. D'aqui por diante, entende que cumpre ainda com esse dever não dando mais explicações.

Nega que este assumpto esteja affecto á camara dos srs. deputados; o que está affecto aquella camara é negocio muito differente, e não os motivos por que se prenderam alguns individuos. Não ha portanto desharmonia alguma entre o procedimento do governo, na camara dos dignos pares, com o havido na camara dos srs. deputados.

Em quanto aos jornaes, se algum o defende, faz tanto caso d'elle, como dos que o atacam. Os jornaes fazem o que entendem dever fazer, em sua consciencia, como elle sr. ministro faz o que entende na sua. Uns defendem, e outros atacam, mas nem deu procuração a uns para o defenderem, nem se agasta contra os outros por o atacarem; elles vão o seu caminho, e o sr. ministro o que entende ser o seu.

O sr. Visconde de Athouga:—é para mandar para a mesa uma representação de muitos cidadãos da cidade de Portalegre, em que pedem seja conservada a directriz do caminho de ferro.

O sr. Conde da Taipa:—tambem extranhou que o sr. ministro do reino fosse tão reservado nas suas explicações quando se trata de um assumpto de tamanha importancia, e a respeito do qual ha tão graves e tão justas apprehensões em todo o paiz; sendo cousa corrente entre o povo que tudo o que se está fazendo não pôde produzir nada bom, porque os altos mouteiros falsos, protegidos por a sua organização formidable, e ao que parece por um terrivel medo impor silencio, não de proteger os pequenos. O nobre orador fez graves considerações sobre o assumpto.

O sr. Marquez de Vallada:—são muito breves observações em resposta a que acabou de dizer o sr. ministro dos negocios do reino. S. ex.ª respondeu com muita cortezia, é forçoso confessalo. Mas permita o sr. ministro, que sem se apartar das regras de delicadeza, que muito aprecia, diga a s. ex.ª com muito sentimento, que não o satisfaz, porque s. ex.ª não destruiu o argumento que apresentou na ultima sessão, quando leu umas portarias para os indicados de crimes fossem entregues ao poder judicial. Uma d'essas portarias era do sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, ecripta com a proficiencia que todos lhe reconhecem, e outra do sr. visconde de Portocarrero, então João Cardoso da Cunha Araújo.

Certamente a prisão d'estes individuos não podia estar affecta á camara dos srs. deputados, seria um contrasenso suppo-lo; e elle, orador, não podia dizer tal cousa, nem propoção que podesse com isso equivocar-se. O sr. marquez sabe que os documentos sobre este negocio são muitos e volumosos; e quando disse que se achavam entregues á camara dos srs. deputados para serem examinados pelos representantes da nação, tornava-se bem evidente que não queria dizer que n'esses documentos se tratava d'estas prisões, quando elles são de data muito anterior a ellas: alludiu a essa remessa de documentos para reforçar o seu argumento contra a reserva do sr. ministro, que lhe pareceu muito inconveniente: visto que, assentando a sua interpellação, não sobre o fundo das diligencias que se fazem, mas unicamente sobre uma circumstancia accessoria d'ellas, parecia-lhe ver contradicção entre a reserva excessiva diante da camara dos dignos pares com o que se praticara para com a camara dos srs. deputados, onde ha muito se acham centenaes de documentos de muito maior importancia.

Seja como for. O orador não pôde obrigar o sr. ministro do reino a responder mais do que respondeu; mas deseja que fique consignado, que s. ex.ª, embora tratasse de responder com toda a cortezia de um cavalheiro, não cumpriu como ministro o seu dever, porque ao ver d'elle, orador, a resposta que não é resposta, nem podia satisfazerlo; reduziu-se em summa a repetir: «prenderam-se, soltaram-se, e tornaram a prender-se. E acabou-se; nada mais.» A respeito do governador civil, se andou de leve ou não, nada s. ex.ª disse; e quanto ao mais que elle, orador, expoz, tambem nada disse. Ficaram em pé os argumentos que tinham reforçado a interpellação. O mesmo a respeito de certo desfavor lançado sobre o sr. Ferrão, ministro da justiça, com relação a este negocio; e pôde o paiz ficar acreditado o que lhe pareceu sobre as cruentas e, não duvida por sua parte acrescentar, calumniosas accusações ao sr. Martens Ferrão, collega do sr. Fontes, ministro do reino.

O nobre orador acrescentou que tinha cumprido a sua missão, e fez quanto pôde para obrigar um ministro da coroa a cumprir o seu dever n'essa qualidade, mas que tudo foi baldado; porque o sr. ministro dos negocios do reino persiste em não dar resposta. Fique pois este facto consignado nos archivos nacionaes, para que não venha sobre si a censura de que deixou passar despercebido um facto tão importante, nem que se diga tambem que um acto menos constitucional de um ministro passou sem que elle, orador, como sentinella da verdadeira liberdade e das garantias de todos, reclamasse contra elle, e bradasse alerta contra esse procedimento menos constitucional.

O sr. Ministro do reino:—sobre o objecto principal não pôde dizer mais nada, porque do contrario estaria em desacordo com as idéas que apresentou á camara. Mas como das palavras que acabou de proferir o sr. marquez de Vallada, podia inferir-se que elle ministro queria lançar desfavor sobre o seu honrado collega ausente, o sr. ministro da justiça, entendia que era rigoroso dever sem, declarar solememente que todos os procedimentos que tem havido pelo ministerio do reino e da justiça, sobre o assumpto da moeda falsa, têm sido tratados, discutidos e acordados em conselho de ministros, e que todos os ministros têm a responsabilidade d'esses actos, e todos estão promptos a responder por elles. (Signal de assentimento, e apoiados do sr. ministro das obras publicas e presidente do conselho.)

O sr. Conde do Sobral:—sr. presidente, tendo estado ausente alguns dias da capital, porque negocios da minha casa assim o exigiam, quando voltei no sabbado peguei no *Diario de Lisboa*, em que vem o extrato da sessão da camara dos srs. deputados de 11 d'este mez, e vi então que n'esse dia se realisou a interpellação de um sr. deputado, sobre o legado do sr. Manuel Pinto da Fonseca. Tendo o sr. D. Rodrigo de Menezes fallado no flagello da febre amarella, e tendo dito que tinham ido para o asylo da Ajuda umas trezentas creanças, continuou s. ex.ª da maneira seguinte (leu).

Sr. presidente, como eu tinha a honra de ser governador civil n'aquelle tempo, devo dizer a este respeito algumas palavras e muito poucas. Começarei por dizer que o sr. D. Rodrigo de Menezes é uma pessoa muito considerada por todos, pela sua probidade, pela sua instrucção, e pela sua boa fé; e então devo declarar que a minha convicção é que s. ex.ª foi mal informado, e como errou por informações inexactas, a cura foi errada. Acredito que isto não foi por sua culpa, mas das informações que lhe deram, porque no governo civil se parecem as esmolhas ás vivras que lá iam impetralas, o processo que se exigia era um certificado do administrador ou do regedor, e do parcho da sua freguezia; processo este que era todo gratuito, e quando chegava ao governo civil, se estava nas circumstancias de receber a esmola, dava-se logo esse auxilio sem distincção de pessoas, e não tinha outra cousa a fazer senão receber a quantia que lhe davam, e passar um recibo d'ella.

Já se vê, sr. presidente, que aqui não havia protecção, nem podia haver, e posso affiançar á camara que os empregados d'aquella repartição todos são muito probos, honestos e intelligentes, e é uma grande injuria que se lhes faz, quando no parlamento se diz uma cousa em desabono de uma repartição como a do governo civil, com relação a esse facto, que em nada é verdadeiro (apoiados). Aqui ha alguns dignos pares, que já foram governadores civis de Lisboa, e sabem qual é o comportamento d'aquelles empregados, e se eu quizesse invocar agora o testimonho do digno par marquez de Fronteira, estou bem certo de que s. ex.ª havia de confirmar esta verdade que acabo de proferir.

O sr. Marquez de Fronteira:—apoiado.

O orador:—digo isto, sr. presidente, porque me chocou muito aquella accusação injusta, e principalmente vindo ella da parte do sr. D. Rodrigo de Menezes. Era incrível, sr. presidente, que sendo eu chefe d'aquella repartição, apesar de não ter a capacidade necessaria para exercer tão importante cargo, mas presando-me de ser honrado (muitos apoiados), que eu consentisse uma cousa semelhante (apoiados).

Eu digo aqui estas duas palavras, porque o sr. D. Rodrigo de Menezes é muito mais conhecido do que eu, por quanto s. ex.ª militou em dois campos inteiramente oppostos, militou primeiro no campo do despotismo, e militou depois no campo da liberdade; eu militei só no campo liberal, e sempre me conservei no mesmo gremio politico (apoiados), e por essa razão digo, que s. ex.ª ha de ter muito mais gente que o conheça. Pareceu-me, sr. presidente, que devia dizer estas palavras para observar que s. ex.ª em todo quanto disse a respeito do governo civil não foi exacto, por ter sido mal informado.

O sr. Visconde da Granja:—as commissões de agricultura e de administração publica estiveram reunidas para tratar do projecto de lei sobre a cultura do arroz, que eu havia apresentado n'uma das sessões passadas; mas succedendo que a maior parte dos membros d'estas duas commissões eram ao mesmo tempo membros das commissões de fazenda, obras publicas e guerra, que estavam no exame do contracto Salamanca, não podiam por essa razão occuparem-se ao mesmo tempo do exame e discussão do dito projecto. Alem d'esta razão havia tambem outro muito attendivel, que era a ausencia do sr. ministro do reino, o qual não compareceu na commissão segundo posteriormente fez constar ás commissões n'uma carta que dirigiu ao sr. ministro das obras publicas, por se achar empenhado em uma discussão muito importante na outra camara, e pedia na mesma carta que as commissões suspendessem os seus trabalhos por tres dias, que era quanto poderia demorar-se a impressão do relatório da commissão externa, que foi nomeada para examinar o negocio em questão. Eu pela minha parte não tinha duvida, como auctor do projecto, de demorar o parecer das commissões por aquelle espaço de tempo, não pela necessidade de ver esse relatório, que se está imprimindo, mas sim porque desejo a presença do sr. ministro do reino, não só para lhe pedir esclarecimentos que ninguém melhor que s. ex.ª pôde subministrar, mas tambem para saber se o governo está na intenção de apresentar alguma medida legislativa a tal respeito antes de se fechar a presente sessão, pois conforme declarei quando apresentei o projecto se essas medidas me agradassem, então, mas só então, não teria duvida de retirar o mesmo projecto. Devo contudo declarar á camara, que o sr. ministro com quem eu fallei ha pouco n'esta casa, e a quem fiz esta pergunta em particular, teve a bondade de me dizer que era sua intenção faze-lo; mas, para que a camara ouça esta declaração da boca de s. ex.ª, eu rogo ao sr. presidente a bondade de convidar o sr. ministro a explicar-se sobre este objecto.

O sr. Ministro do reino:—já teve a honra de dizer, em particular, ao digno par, quaes as razões por que não pôde comparecer nas commissões reunidas de agricultura e de administração publica; e de lhe dizer tambem o que s. ex.ª acabou de referir. Agora porém repeti-lo-ha á camara, asseverando que é pensamento do governo apresentar na presente sessão legislativa as medidas que dependerem da sancção legal sobre o assumpto, arrozcas, na sua ligação com a saude publica. O sr. ministro tem estado á espera que se imprima o relatório da commissão externa que foi encarregada do exame e ave-

riguação d'este negocio, o qual precisa ver para seu estudo; e é tambem sua intenção faze-lo distribuir pelos membros de ambas as camaras, porque esse relatório é um documento importante pelos dados estatísticos que contém; distribuição essa que elle está logar dentro de poucos dias por que elle está quasi a concluir-se na imprensa. Então comparecerá nas commissões reunidas logo que lhe seja indicado o dia, para os esclarecimentos que os dignos pares desejarem.

O sr. Visconde da Granja:—apenas quero dizer, que o meu fim quando apresentei o meu projecto foi chamar a attenção das commissões e do governo sobre um objecto que eu considero ser de grande importancia, e que infelizmente até agora tem sido pouco attendido, apesar das repetidas e numerosas representações dirigidas ao parlamento. Em vista porém da declaração que o sr. ministro acaba de fazer, observarei que eu insistiria e insisto pela brevidade da apresentação do relatório que já ha muito tempo se disse que estava na imprensa, e pela apresentação das medidas annunciadas pelo sr. ministro, e apesar de ver que em presença do adiamento em que se acha a estação, e que parece se fez de proposito esperar, já pouco ou nada se pôde remediar este anno. Peço contudo, que a declaração que s. ex.ª acabou de fazer, de que o governo ha de apresentar algumas medidas legislativas sobre este grave objecto antes de se encerrar a presente sessão, seja lançada na acta.

O sr. Ministro do reino:—apoiado.

A camara, tendo sido consultada, resolveu que se lançasse na acta a declaração do sr. ministro do reino.

O sr. Secretario:—leu um officio do ministerio da justiça, remetendo varios esclarecimentos pedidos pelo digno par o sr. visconde de Algeis sobre o assassinato do juiz de direito de Midões.

O sr. Visconde de Algeis:—pede que esses esclarecimentos sejam remetidos para a secretaria a fim de os poder examinar.

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO SEGUNTO PARERE N.º 6

A commissão de obras publicas examinou com escrupulosa attenção o projecto de lei n.º 10, vindo da camara dos senhores deputados.

Tem este projecto por fim autorisar o governo a contratar com Diogo Mason a construcção e exploração de um caminho de ferro para cavallos (tramway) entre a mina de S. Domingos de Mertola e o Guadiana.

A commissão attendendo a que é de grande conveniencia publica facilitar por todos os modos possíveis a lavra e exploração das importantes minas em que o nosso solo abunda, entre as quaes deve merecer especial consideração a mina de que se trata;

Considerando que nos termos do projecto de lei que se apresenta a fazenda publica não ficará gravada nem com garantia de juro, nem com subvencção alguma;

É de parecer que o referido projecto de lei deve ser approved por esta camara para subir á regia approvação.

Sala da commissão, em 13 de abril de 1860.—Visconde de Castro—Joaquim Larcher—Visconde da Luz.

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a contratar com Diogo Mason a construcção e exploração de um caminho de ferro para cavallos (tramway) entre a mina de S. Domingos de Mertola e o Guadiana, sem garantia de juro nem subvencção alguma, estipulando as condições de arte e as de exploração de julgar de conveniencia reciproca e geral, e declarando de utilidade publica as expropriações que tiverem de ser feitas pelo concessionario, em conformidade com as condições do contracto.

Art. 2.º O governo dará conta ás cortes do uso que houver feito da autorisacção concedida pela presente lei.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Palacio das cortes, em 9 de abril de 1860.—Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, presidente—Joaquim Gonçalves Mamode, deputado secretario—Luiz Albano de Andrade Moraes e Almeida, deputado secretario.

Approved sem discussão na generalidade, passou-se á especialidade.

Foram approveds tambem sem discussão todos os artigos, e a mesma redacção.

ENTROU EM DISCUSSÃO O SEGUNTO PARERE N.º 7

A commissão do regimento examinou a proposta do digno par visconde de Algeis, contendo diversos artigos addicionaes ao regimento d'esta camara, relativos á discussão das interpellações permittidas pelo artigo 59.º do mesmo regimento, bem como ácerca do uso da palavra pedida sobre a ordem; e considerando que a respeito de ambos estes importantes assumptos é omissio o referido regimento, e que muito conveni estabelecer regras que sejam observadas opportunamente; considerando que nas disposições que se contém na referida proposta se estabelecem as regras e preceitos que merecem ser adoptados; e de parecer que seja approvada a dita proposta, e que os respectivos artigos façam parte do regimento d'esta casa em quanto não forem competentemente alterados.

Sala da commissão, em 13 de abril de 1860.—Visconde de Laborim, vice-presidente.—Conde de Mello, par do reino, secretario.—D. Pedro Pimentel de Menezes de Brito do Rio, par do reino, vice-secretario.—Visconde de Algeis.

N.º 27

Não se achando estabelecido no regimento da camara dos pares o modo por que deve ter logar a discussão das interpellações permittidas pelo artigo 59.º do mesmo regimento, nem autorisado o uso da palavra pedida sobre a ordem; e convindo que ácerca de ambos estes objectos haja regra estabelecida, cuja observancia incumba ao presidente da camara, para evitar arbitrios sempre prejudiciaes á boa ordem nos debates; tenho a honra de submeter ao exame e consideração da camara a seguinte proposta de artigos addicionaes ao regimento, para serem convenientemente collocados e d'elle formarem parte, em quanto não forem alterados.

Artigo A

O par que annunciar a interpellação, nos termos do artigo 59.º, não poderá n'essa occasião motivalla, nem desenvolver os seus fundamentos, o que tão somente terá logar quando se verificar a interpellação.

§ unico. Esta disposição não será observada quando a urgencia da interpellação e a presença do ministro interpellado der occasião a que possa em convenientemente tratar-se do seu objecto, sendo assim previamente resolvido pela camara, depois de expostos os motivos da urgencia.

Artigo B

O par interpellante poderá usar da palavra até tres vezes, incluída a da exposição do objecto.

Artigo C

É lícito a todo o par tomar parte na discussão das interpellações, usando da palavra até duas vezes. Fora das regras estabelecidas n'este artigo e no proximo antecedente só poderá o presidente conceder a palavra para explicação, que deverá ser curta, sobre o expellido, e sem novamente discutir a materia.

Artigo D

O ministro ou ministros interpellados poderão usar da palavra tantas vezes quantas forem necessarias para responder ao par interpellante ou aos outros que tomarem parte na discussão.

DA PALAVRA SOBRE A ORDEM

Artigo E

Em qualquer estado da discussão é lícito pedir a palavra sobre a ordem, e o seu uso será regulado pela maneira seguinte:

Artigo F

A palavra sobre a ordem pôde ter logar, ou para advertir que a discussão caminha fóra dos termos convenientes e estabelecidos no regimento, requerendo ao presidente que os faça observar, ou para fazer alguma moção de ordem segundo as regras prescritas nos artigos 54.º, 55.º e 56.º do regimento, ou para fazer leitura de pareceres de commissões.

Artigo G

Ao presidente incumba a exacta observancia das disposições d'estes artigos addicionaes, pela forma e nos termos estabelecidos no regimento.

Camara dos pares, 31 de março de 1860.—Visconde de Algeis, par do reino.

Approved sem discussão, passou-se á especialidade.

Foram approveds sem discussão os artigos A B C D; sobre o artigo E:

O sr. Visconde de Fonte Arcada:—eu queria estabelecer uma pequena duvida, mas parece-me que não teria razão em a propor.

O artigo do nosso regimento diz o seguinte (leu). Ora, pela letra do projecto em discussão, talvez se podesse entender, que o par chamado á ordem não podia dar as suas razões e justificar o modo como tinha fallado, mostrando que estava na ordem; uma vez porém que assim se entenda (apoiados) não tenho duvida em approvar o projecto.

Foi approved, e bem assim os artigos F e G.

O sr. Visconde de Sá:—eu pedi a palavra para fazer uma pergunta ao sr. ministro da marinha, porque pelos ultimos navios que vieram de Angola, consta que os negocios de Congo não estavam bem figurados. Rogava pois a s. ex.ª que informasse a camara do que ha a este respeito: bem como se o governo tencionava mandar algum auxilio para melhorar aquelle estado de cousas. Tambem desejo fazer algumas perguntas a s. ex.ª sobre o boato em que se acham as negociações com os senhores hollandezes que constituem a republica de Transvaal, ou republica africana Austral, negociações de que se achava encarregado o sr. Duprat, juiz commissario na commissão mixta do Cabo da Boa Esperança.

Igualmente pedia informações relativas ao tratado que o governador de Macau, havia sido encarregado de concluir com a China. E tambem a respeito de outro tratado que deverá fazer-se com o Japão. E ainda de outro que estava em vista negociar-se com o sultão de Zanzibar, que muito é necessario para a provincia de Moçambique.

Apenas faço agora estas perguntas, reservando-me o tratar n'outra occasião dos negocios da Africa Oriental, alem dos indicados.

O sr. Ministro do reino, e interino da marinha:

—O negocio a que se referiu o digno par o sr. visconde de Sá, ácerca do estado das nossas relações com o Congo, é bastante grave para merecer a attenção do governo. Tendo infelizmente havido, como todos sabem, um pequeno desastre n'aquella parte de Africa, por effecto de circumstancias que, em occasião de guerra, acontecem algumas vezes, é certo que uma força portuega teve de retirar-se, em consequencia de ter perdido o seu commandante e o official que o foi substituir, e isto diante de forças mais numerosas, que pelo lado contrario se tinham apresentado. É, porém, certo que este successo, que é para sentir muito, não pôde ter uma tão alta gravidade como se julga; não só attentas as circumstancias que o acompanharam, mas tambem em vista da localidade onde elle aconteceu. O governo, porém, procura evitar que isso se repita, e tem determinado que, dentro de poucos dias, saia a corveta *Estephania*, conduzindo 2000 homens, para darem força ás medidas que adoptar o governador geral de Angola, e para assim ser respeitada a nossa bandeira n'aquella parte da monarchia portuega.

Parece-lhe que com isto se satisfará o digno par. Agora, pelo que respeito ao tratado a que alludi o digno par, disse que foram dadas as instrucções convenientes ao nosso commissario no cabo da Boa Esperança, e consta pelos officios do sr. Duprat, recibos ultimamente, que elle tinha entre mãos este negocio, e que estava em andamento. Pelo que respecta, porém, ao negocio com a China, esse não está tão adiantado como era para esperar, em razão das difficuldades que se tem dado, com quanto o governador de Macau tenha empregado para isso todos os meios. Tambem nada se tem podido ultimar relativamente ao tratado com o regulo do Zanzibar, porém o governo tem isso muito a seu cuidado, e elle, sr. ministro, toma em consideração o que disse o digno par.

O sr. Visconde de Sá:—don-me por satisfeito com o que disse o sr. ministro. O governo ha de certo deixar ao governador geral de Angola o arbitrio de conservar em Loanda as tropas que foram d'aqui a fim de se acclimatarem, e de mandar para o Congo outras já costumeadas ao paiz.

Pelo que respeito ao negocio com o sultão de Zanzibar, observarei que em 1828 o capitão general de Moçambique fez um tratado com o iman de Mascate, que por aquelle tempo havia conquistado a ilha de Zanzibar e continente adjacente; mas esse tratado nunca foi satisfeito. Os inglezes fizeram, ha alguns annos, um tratado com o mesmo soberano, e por elle as mercadorias britannicas ficaram pagando 5 por cento ad valorem como direito de importação nos portos d'aquelle potentado. O governo dos Estados Unidos da America fez tambem um tratado com as mesmas bases, e os francezes o mesmo. Nós porém não temos concluido tratado algum, mas é preciso que se faça, devendo as bases d'elle ser iguaes ás d'aquelles, acrescentando algumas disposições relativas aos limites da provincia de Moçambique e das terras do sultão, que confinam pela altura de Cabo Delgado. Por falta de uma convenção não é admittido em Zanzibar um consul portuegu, o que terá graves inconvenientes para as relações commerciaes e outras de Moçambique.

O sr. Presidente:—deviam seguir-se agora as interpellações que estavam dadas para ordem do dia, e que eram as annunciadas pelos dignos pares visconde de Fonte Arcada e marquez de Niza; como porém a hora está adiantada, e vejo que a camara já não está em numero, ficarei para a segunda parte da sessão de amanhã.

O sr. Marquez de Niza:—eu convenho se o sr. ministro declarar que comparecerá aqui amanhã.

O sr. Ministro do reino:—sim senhor.

O sr. Presidente:—Então a ordem do dia para amanhã será: na primeira parte, os pareceres que as commissões apresentarem; e na segunda parte, as interpellações que tinham sido dadas para hoje. Está levantada a sessão.—Passava das cinco horas da tarde.

Relação dos dignos pares que estiveram presentes na sessão do dia 16 de abril de 1860

Os srs.: visconde de Laborim, duque da Terceira; marquezes de Fronteira, das Minas, de Niza, de Vallada; condes, das Alcaçovas, da Arrochella, do Bomfim, do Farrobo, de Mello, de Mesquitella, de

Peniche, da Ponte de Santa Maria, de Rio Maior, do Sobral, da Taipa; Viscondes, de Algés, de Athouga, de Balsemão, de Benegazil, de Castellões, de Castro, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, da Granja, da Luz, de Ovar, de Sá da Bandeira; barões, de Ancede, de Porto do Moz, Mello e Saldanha, D. Carlos Mascarenhas, F. P. de Magalhães, Margiuchi, Aguiar, Larcher, Izidoro Guedes, Fonseca Magalhães, Brito do Rio.

RECTIFICAÇÕES

No extracto da sessão da camara dos dignos pares de 13 de abril, publicado no *Diário de Lisboa* de 20, com referencia ao extracto do discurso do digno par o sr. conde da Taipa, pag. 407, col. 2.ª, lê-se a lin. 7 do mesmo discurso: que comprehenderia se dissesse isto com referencia á opposição e ministerialismo, devendo ler-se: que comprehenderia se dissesse isto com referencia á opposição e ministerialismo *systematicos*. A lin. 27, onde se diz: de certo que actualmente o systema de tributos, etc.; devia dizer-se: de sorte que actualmente, etc. E a lin. 28, onde está: palavras mui insignificativas, devia estar: palavras mui *significativas*.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 21 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Até ao meio da verificação, pela chamada, estavam presentes 63 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações de voto:

1.ª Declaramos que se estivessemos hontem presentes, quando se votaram os artigos 4.º, 5.º e 6.º e seus §§ do projecto n.º 21 em discussão, votaríamos contra elles; assim como votamos contra os artigos 2.º e 3.º e seus §§, com exclusão das excepções. — *Antonio Eleuterio Dias da Silva* — *Aristides Ribeiro Alvarães Castello Branco* — *João dos Reis Castro Portugal* — *Francisco Coelho do Amaral* — *José Joaquim Alves Chaves* — *José Maria Fracalzo* — *Manuel Bento da Rocha Peixoto* — *Afonso Botelho* — *Pinto de Albuquerque*.

2.ª Declaro que na sessão de hontem votei contra o n.º 1.º do artigo 6.º do projecto n.º 21, que trata de contratos de permutação. Sala das sessões, 21 de abril de 1860. — *Figueiredo de Faria*.

3.ª Declaro que na sessão de hontem votei contra o artigo 2.º do projecto de lei sobre contribuição de registro. Sala das sessões da camara, 21 de abril de 1860. — *Joaquim Cabral Noronha de Menezes*.

4.ª Declaro que votei contra o artigo 2.º do projecto n.º 21; e bem assim que approvei o additamento do sr. Faria, que isentava da contribuição de registro os barcos de pesca. Sala das sessões da camara dos deputados, 21 de abril de 1860. — *Coelho de Carvalho*, deputado por Lagos.

5.ª Declaro que na sessão de hontem votei para que fosse nominal a votação sobre os artigos 2.º e 3.º da lei do registro. — *Alves Martins*.

6.ª Declaro que votei contra o artigo 2.º do projecto n.º 21, e contra o artigo 6.º do mesmo projecto. — *Monteiro Castello Branco*, deputado por Oliveira do Hospital.

7.ª Declaro que na sessão de hontem votei contra o n.º 1.º do artigo 2.º do projecto n.º 21. — *A. de Gouveia Osorio*.

Mandam-se tambem lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Claudio José Nunes, de que o sr. Sousa Machado não compareceu ás duas ultimas sessões, e não comparecerá a mais algumas por motivos de doença. — *Inteirada*.

2.ª Do sr. Figueiredo de Faria, de que o sr. Freitas Soares não pôde comparecer á sessão de hoje por motivo justificado. — *Inteirada*.

3.ª Do sr. Azevedo e Cunha, de que por falta de saúde tem faltado ás ultimas sessões. — *Inteirada*.

4.ª Do sr. Araújo Mascarenhas, de que não assistiu á sessão de hontem por incommodo de saúde. — *Inteirada*.

5.ª Do mesmo sr. deputado, de que o sr. Frederico de Mello não compareceu á sessão de hoje, nem compareceu nas duas ultimas sessões por haver fallecido seu irmão. — *Inteirada*.

EXPEDIENTE

Uma representação da camara municipal da Chamusca contra a diminuição dos direitos na aguardente e azeite estrangeiros, e contra uma lei permanente para a introdução de cereaes estrangeiros. — A comissão de pautas, ouvidas as de agricultura e fazenda.

Dá-se expediente pela-mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Renovo o requerimento que fiz em 26 de março ultimo, pedindo que, pelo ministerio do reino, sejam presentes a esta camara as contas da receita e despesa dos theatros de D. Maria e de S. Carlos, desde o principio da administração por conta do governo, e peço a urgencia d'este requerimento. — O deputado por Thomar, *Antonio Eleuterio Dias da Silva*.

2.º Não havendo a escola medico-cirurgica de Lisboa, satisfeito cabalmente aos tres requisitos do meu requerimento de 8 de março, tornando-se deficiente nas suas respostas, por que nem mencionou os estudos preparatórios de instrução primaria e secundaria, nem os mathematicos e philosophicos, que fazem parte do curso segundo a sua lei organica; e nem tão pouco designou o tempo votado ao estudo de cada uma das materias, quando n'uma só cadeira se professa mais que uma; por isso requero novamente se peça ao governo, que pelas vias competentes, e com a maior urgencia faça remetter a esta camara as seguintes informações:

I Quaes são as habilitações exigidas aos alumnos para as matriculas do 1.º, 2.º e 3.º annos do curso?

II Nas cadeiras em que se lê mais que uma materia, qual é o tempo do anno, ou de cada dia, votado a cada uma? No 5.º anno por exemplo em que um só professor explica n'uma só cadeira, clinica medica, hygieine publica e medicina legal, qual é o tempo do curso lectivo votado a cada uma das materias; ou se se explicam todas ou algumas conjuntamente, que tempo de aula diaria se gasta com cada uma? E assim nos demais annos.

Sala da camara dos srs. deputados, 20 de abril de 1860. — *Luiz Albano de Andrade Moraes*, deputado pelo circulo n.º 81.

3.º Requerio que, pelo ministerio da marinha e ultramar, seja informada esta camara dos seguintes factos:

I Quando, e em virtude de que autorisação, foi mandado um alumno da escola polytechnica para o observatorio de Pulkova?

II Qual foi o programma de estudos de que se encarregou, e por quem?

III Qual tem sido a satisfação áquelle programma; se está completo o estudo, ou que tempo lhe falta?

IV E, finalmente, qual foi a gratificação abonada, e em virtude de que lei? — *Luiz Albano de Andrade Moraes*, deputado pelo circulo 81.º.

4.º Requerio se peça ao governo que, pelo ministerio da marinha e ultramar, remetta a esta camara copia da portaria do mesmo ministerio, dirigida ao governador geral da provincia de Cabo Verde, n.º 11, de 14 de janeiro de 1860, a que se refere o officio da mesma autoridade do 15 de março proximo passado, que pelo governo foi re-

mettido, por copia, a esta camara. — *Antonio Maria Barreiros Arrobas*.

5.º Requerio que o governo, pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar, informe esta camara, qual é a cifra que, segundo as ultimas noticias da Loanda, o cofre da junta da fazenda d'aquella provincia deve aos cofres da junta protectora e dos defuntos e ausentes. — *Bernardo Francisco de Abranches*, deputado pela ilha de S. Thomé.

Tem segunda leitura um projecto de lei do sr. Palma, applicando aos repetidores da escola polytechnica as disposições da carta de lei de 17 de julho de 1855.

A comissão de instrução publica.

O sr. Rojão:—envia para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Encarnação Coelho:—manda para a mesa uma proposta assignada por elle e mais alguns srs. deputados, a respeito da directriz do caminho de ferro do norte. Já pediu a palavra n'outra occasião para dirigir uma interpeção ao sr. ministro das obras publicas sobre este objecto, e não desejando invalida-la ou annulla-la com a apresentação d'esta proposta, por isso pede que se lhe dê a palavra quando s. ex.ª esteja presente.

N'esta proposta tem-se em vista o escolher-se entre as directrizes que devem adoptar-se n'aquelle caminho aquella que passa pela Ponte da Pedra a Thomar pelo Valle dos Cabanos, Ribeirinho a Coimbra, por ser a mais economica e a mais util ao paiz. Não se oppoz ao caminho de ferro do norte e leste, nem se oppoz ao do sul pelo principio de que as vias ferreas são um grande melhoramento para o paiz; estando convencido, de que não ha senão dois meios de salvar o paiz do estado lethargico em que se acha, o estabelecimento das vias ferreas e a exploração do ultramar.

Tratando-se pois de fazer estudos sobre as directrizes que se devem seguir n'aquelle caminho, pede que a proposta seja impressa no *Diário de Lisboa*.

O sr. Belchior Garcez:—manda para a mesa um requerimento, pedindo ao sr. presidente se sirva remetter-lo á comissão competente. N'este requerimento pede um venerando ecclesiastico ao poder legislativo ser indemnizado dos prejuizos que soffreu pela redução das parochias de Trancoso, e em virtude da qual foi privado da sua igreja onde parochiou exemplarmente durante muitos annos. Todos nós sabemos que alem de considerações relativas ao bom serviço da igreja, outras de politica influíram para afastar d'esse serviço a certos ecclesiasticos. E tempo de pôr termo a todas as perseguições, a todas as injustiças. Confia que ao respeitabilissimo ecclesiastico, encanecido no serviço da igreja, e que no ultimo quartel da vida vem pedir meios de subsistencia, não serão denegados por uma camara tão illustrada, tão popular, tão justiceira como é a actual.

Sente não ver na sua cadeira o sr. ministro do reino, porque lhe queria lembrar a urgencia de providenciar acerca da regularidade do pagamento ás infelizes amas dos expostos de Trancoso. Fallou já a s. ex.ª sobre este objecto; teve a fortuna de ser attendido com benevolencia. Espera que recommendado este importante negocio ao benemerito governador civil da Guarda, esto proverá a um ramo importantissimo da administração em que está empenhada a humanidade, o credito do governo e o bom nome do magistrado a que já se referiu.

O sr. Carlos Bento:—envia para a mesa uma representação dos guarda-livros, caixeiros e mais empregados das sociedades anonymas de Lisboa, que reclamam contra a desigualdade que dizem existir acerca da tabella da contribuição industrial.

O sr. Blanc (Hermenegildo):—manda para a mesa uma representação assignada pelo presidente e vereadores da camara municipal, e mais trescentos vinte e nove cidadãos do concelho de Alcobaca, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.

O sr. Coelho de Carvalho:—envia para a mesa uma representação do provedor e mesarios da santa casa da misericordia da cidade de Lagos, em que pedem lhes seja applicada a disposição do alvará de 5 de setembro de 1776, que determina que a terça parte da importancia dos legados pios não cumpridos, seja applicada ás diferentes comarcas para sustentação dos hospitaes e estabelecimentos de caridade.

Manda tambem um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

Tendo igualmente de chamar a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre o estado em que se acham as rias e barras do Algarve, pede se lhe dê a palavra quando s. ex.ª esteja presente.

O sr. Pulido:—chama a attenção do sr. ministro das obras publicas, sobre os fundos que na sessão passada foram votados para o estudo do projecto de uma ponte sobre o Guadiana que facilitasse a comunicação dos povos da margem esquerda do rio com a margem direita. Sabe que s. ex.ª tinha muito a peito este negocio, determinando que o director das obras publicas d'aquelle districto fosse immediatamente fazer aquelle estudo; mas como até ao presente se não tenha dado cumprimento a essa resolução, pede que s. ex.ª lhe diga alguma cousa a este respeito.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—a obra a que se refere o illustre deputado, é uma obra de grande importancia para todos aquelles concelhos que estão na margem esquerda do Guadiana; o governo reconheceu isso, e não se esqueceu da recommendação da camara, incumbindo os estudos d'essa obra ao inspector das obras publicas do districto do stl. o sr. Chelmeick, que não tem podido ir por motivos do serviço publico, porque tem estado occupado no conselho das obras publicas; mas brevemente vae partir para o seu destino, e fará os estudos necessarios a este respeito.

Aproveitando a occasião manda para a mesa a seguinte proposta:

«Estando o governo autorisado pelo artigo 3.º do acto adicional, para pedir ás camaras, que em caso de urgente necessidade, permitam aos seus membros que accumulem o exercicio do serviço publico com as funções legislativas, se assim o quizerem, tenho a honra de solicitar a permissão da camara dos srs. deputados, para que o sr. deputado Pedro Roberto Dias da Silva possa accumular o exercicio das funções legislativas, com as de chefe da repartição de contabilidade do ministerio das obras publicas, commercio e industria.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, 21 de abril de 1860. — *Antonio de Serpa Pimentel*.

É approvada.

O sr. Pulido:—dá-se por satisfeito com a resposta do sr. ministro das obras publicas, de que o sr. Chelmeick vae partir para o seu destino.

Aproveitando a occasião manda para a mesa um requerimento.

O sr. Gavicho:—aproveita a occasião de estar presente o nobre ministro das obras publicas, para lembrar a s. ex.ª, que ha muito pediu em nome dos lavradores do Douro, que s. ex.ª subvencionasse uma companhia ou particular, que desse aos lavradores do Douro o enxofre necessario para o enxoframento das suas vinhas por um preço não superior ao custo e despezas de condução, e que rebesse o seu preço a praso largo, por que os lavradores do Douro estão sem poderem fazer maiores despezas, que as já grandes do grangeio das vinhas, e os capitães são sempre carissimos ao lavrador. Por essa occasião s. ex.ª pronunciou as palavras mais esperanças, mas tem o sentimento de

dizer á camara que as palavras foram só esperanças, por que o governo nada tem feito. Era má sina do Douro ser sempre esquecido por o governo do paiz. Perguntava a s. ex.ª o nobre ministro das obras publicas, se fazia tenção de favorecer aquelles lavradores, outrora tão ricos, que nos tem coberto de riqueza, e que hoje estão quasi estendendo a mão á caridade publica; se s. ex.ª mudou da resolução que mostrou ter de satisfazer ao justo pedido, que ha muito lhe fez, em fim se podia contar com um beneficio aos lavradores do Douro, ou se se havia de contentar com mais palavras, embora esperanças, e mesmo lisonjeiras. Limita-se ao pouco que acaba de dizer, e espera que o nobre ministro lhe responderá com franqueza.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—quando o illustre deputado fallou da primeira vez sobre este objecto, teve occasião de dizer que era completamente avesso á intervenção do governo para favorecer uma certa industria; entretanto disse por essa occasião que entendia que o governo devia prestar algum auxilio aos lavradores, e que o alvito do illustre deputado podia ser adoptado; não se esqueceu d'elle, e mandou tomar informações, as quaes foram que no paiz vinhateiro do Douro havia já abundancia de enxofre, e que a concorrência particular tinha feito com que fossem mandadas para ali porções consideraveis de enxofre e por preços ramosos, e por isso não tomou a este respeito alguma outra medida; entretanto continuará a fazer as diligencias para ver se alguma companhia se quer sujeitar, mediante um pequeno sacrificio, a fazer esse fornecimento por um preço rasavel, e a prazos largos. No entanto é sua opinião que o unico meio de salvar o Douro da crise em que se acha é a reforma da sua legislação, e o governo apresentará muito brevemente á camara as medidas que julga convenientes a este respeito.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—pergunta ao sr. presidente, se hontem foi expedida ao governo a sua nota de interpeção.

O sr. Presidente:—hontem mesmo, em vista da vontade expressada pela camara, se officiou ao sr. ministro respectivo para quanto antes vir dar explicações á camara sobre o assumpto da mesma interpeção.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—e foi com a declaração indicada pelo sr. Alves Martins, para o caso de vir qualquer dos srs. ministros responder a ella?

O sr. Presidente:—como essa indicação não veio por escripto para a mesa, não se officiou n'esse sentido.

O sr. Coelho de Carvalho:—lamenta que em quanto se apresentam propostas para grandes melhoramentos a favor do paiz em geral, a sua infeliz provincia esteja em completo esquecimento! As provincias do norte acabam de ser dotadas com o importante melhoramento da linha ferrea, sem embargo do grande melhoramento na viação ordinaria que já têm, e da grande despesa que se tem feito para desobstruir as suas barras e rios, em quanto no Algarve apenas, durante dez annos, se tem feito 4 leguas de estrada ordinaria! Entende que o meio principal de pôr aquella provincia, tão importante pelo seu commercio, em contacto com todos os mercados da Europa, é a viação aquatica; mas essa viação não pôde ter lugar em grande escala, em quanto se não melhorarem os seus portos e rios, que estão em tal desgraçado estado, que, baixando a maré, torna-se difficil poder navegar n'elles qualquer lancha.

No anno passado tinha-se ordenado ao director das obras publicas do Algarve, que preparasse armazens para receber os utensilios de uma draga, que devia ali chegar; tem-se passado tanto tempo, e ainda tal draga ali não chegou. Pede ao sr. ministro declare se ainda ha tenção de para ali a mandar.

Chama tambem a attenção do sr. ministro das obras publicas, sobre a necessidade que ha de mandar continuar a telegraphia electrica de Faro ao cabo de S. Vicente, e pede lhe diga se tem tenção de mandar proceder a este melhoramento, ao menos dentro d'este anno.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—reconhece que o Algarve carece de melhoramentos importantes, de que depende em grande parte a riqueza d'aquella provincia; reconhece tambem que não tem tido os melhoramentos que outras provincias têm experimentado, mas como ha poucos annos ainda as camaras tem tratado de habilitar o governo com alguns meios para promover esses melhoramentos, não tem sido, nem é possível por ora, attender a tudo ao mesmo tempo.

Não é só o Algarve que tem deixado de ser atendido tanto quanto era para desejar. Traz os Montes e a Beira Alta têm talvez ainda mais direito de se queixar.

O governo não se esquece do Algarve, e a prova é que na camara está já uma proposta para estradas ordinarias, em que o Algarve é contemplado de uma maneira um pouco larga, pelo menos tanto quanto o permitem os nossos recursos financeiros.

O governo tem sido feliz n'estes ultimos annos com os trabalhos para melhoramentos das barras da Figueira, Aveiro e Porto; tenciona continuar estas obras n'outras barras, e as do Algarve entram n'este numero, para o que foi já encarregado um engenheiro de apresentar um projecto para o seu melhoramento: esse projecto foi depois examinado por outro engenheiro, e vae ser presente ao conselho de obras publicas para dar sobre elle o seu parecer.

É verdade que o governo mandou vir uma draga para o Algarve, mas foi indispensavel mandala para a Figueira, para evitar que se perdessem os trabalhos que se tinham feito n'aquella barra, que importavam já em mais de 100-000\$000 réis; entretanto o governo encomendou logo outra draga, e apenas chegar tenciona mandala para o Algarve.

Ha annos foi votada pelas camaras uma subvenção para uma companhia de vapores para o Algarve; essa companhia não foi feliz, e foi necessario rescindir o contrato; poz-se novamente a concurso, e não appareceu quem quizesse tomar a empreza; mas o governo desejando promover os meios de comunicação com aquella provincia, poz novamente a empreza a concurso com melhores condições, e finalmente appareceu um licitante, esperando o governo poder em pouco tempo apresentar á camara o competente contrato para ser approvado.

Quanto á linha electrica repete o que já tem dito por mais vezes. Ao governo foi votada a limitada somma de 60-000\$000 réis para este melhoramento, alem de uma verba destinada para o corpo telegraphico que vem no orçamento do ministerio da guerra; e o governo, em vista d'esta pequena somma, tem sido o seu principal cuidado ligar entre si todas as cabeças de districto; isto está quasi conseguido, e logo que o esteja definitivamente, o governo reconhece que é de summa importancia estender a telegraphia electrica desde o Algarve até ao Cabo de S. Vicente, ligando os principaes portos do Algarve. Não se pôde comprometter a que isto se faça já dentro do anno economico, ao qual faltam só dois mezes, mas talvez não seja impossivel dentro do anno civil.

O sr. Freitas Branco:—manda para a mesa o diploma do sr. deputado eleito pelo circulo n.º 158, e um documento relativo á sua elegibilidade.

O sr. Garcia Peres:—acabando de ler no Dia-

rio de Lisboa o decreto, pelo qual Sua Magestade ha por bem elevar á categoria de cidade a villa do Setubal, pede, para em seu nome e dos habitantes de Setubal, a quem suppõe possuidores dos mesmos sentimentos, protestar a Sua Magestade e ao seu governo a sua sincera gratidão pelos sentimentos de benevolencia de que tão exuberantes provas tem dado aos habitantes do Setubal.

Pede tambem ao sr. ministro das obras publicas lhe declare, sendo possivel, quando deve ter logar a abertura á circulação do ramal do caminho de ferro do Barreiro para Setubal.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—posto que o ramal do caminho de ferro do Barreiro para Setubal não esteja ainda completo, porque lhe falta a estação; o governo desejando que aquella localidade gosse quanto antes do beneficio de viação accelerada, tratou com a companhia para se estabelecer uma estação provisoria, para que quanto antes possa haver, pelo menos, uma carreira diaria entre o Barreiro e Setubal, e assevera ao sr. deputado que espera em muito pouco tempo que essa carreira diaria possa ter logar.

O sr. Azevedo e Cunha:—manda para a mesa uma representação de diferentes possuidores de titulos de vencimentos de servidores do estado, relativos ás epochas comprehendidas na capitalisação de que trata a carta de lei de 28 de fevereiro de 1851, que pedem a prorrogação do praso para esta capitalisação.

O sr. Balduino:—manda para a mesa dois requerimentos, pedindo esclarecimentos, pelo ministerio da marinha e ultramar.

Folgo de ver hontem o sr. Abranches pedir esclarecimentos acerca de despezas feitas na provincia que elle, orador, representa, como dinheiros entrados nos cofres dos ausentes e orphãos, na junta protectora, e junta da fazenda. Não se admira de ver o sr. deputado tomar interesse por aquella provincia, quando não seja de lá natural, porque tambem elle, orador, não sendo d'ali, mas tendo lá estado cinco annos e dois mezes, deve a todos os seus habitantes, com raras excepções, veneração, respeito e amizade, pela maneira obsequiosa com que sempre o trataram. Grato porém ao testemunho do seu collega, entende dever pedir tambem um documento das despezas que se têm feito em Mogambiles dos dinheiros que tem estado em cofres similhantes, e que têm tido outra applicação.

O sr. Gavicho:—ouvei com muita attenção o nobre ministro das obras publicas, e pede licença para dizer a s. ex.ª, que ainda que muitos negociantes tenham mandado vir o enxofre para o venderem aos lavradores, esse enxofre ha de ser vendido por preço superior ao custo e ás despezas de condução, porque o negociante ha de tirar o juro do capital empregado n'aquelle genero e a paga do seu trabalho; e demais ha de ser vendido não a praso mas com dinheiro á vista; e os lavradores precisam de não pagar caro aquelle genero essencial para melhoramento das suas vinhas, e precisam sobretudo que lh'o vendam a praso largo. No Douro ha um consumo forçado do enxofre, os lavradores ou hão de perder a esperança do alcançar uma colheita, ou hão de comprar o enxofre. N'estas circunstancias nada mais facil que o monopolio por o conlão dos negociantes.

Desgraçadamente não temos nem credito predial nem credito agricola; o lavrador, quando precisa dinheiro, não encontra senão a uzura que corre tudo nas provincias, e que arrasa o Douro. Se o governo não acode aos lavradores do Douro, grande mal hão de soffrer, porque o enxoframento que é indispensavel lhes ficará carissimo, já porque o preço do enxofre é caro, já porque o juro do dinheiro com que o compram é carissimo.

Concorda com o nobre ministro em que o governo não deve subvenciar uma industria qualquer, porque seria favorecer uma industria á custa das outras, mas esta doutrina é um principio que deve ser modificado em presenca de circunstancias que reclamem essa modificação. As circunstancias em que se acham os lavradores do Douro pedem que esse principio seja modificado em seu beneficio. Isto sempre se fez não só entre nós, mas nos paizes mais cultos. Quando uma cheia destruiu as searas aos lavradores do Ribatejo, foi o governo em auxilio dos lavradores, e assim entende que devia ser. Em França fazem-se adiantamentos para a drenagem, maravilhosos inventos, que tem feito prosperar a agricultura nos paizes, onde se olha com olhos de ver para esta mite das industrias, e entre nós, paiz de lavradores, está abandonada.

Ultimamente para a dessecção de terrenos alagadicos e melhoramentos agricolas em França, o governo fazia sacrificios. Quando em outros paizes, e já entre nós, o governo tem vindo em auxilio da lavoura, quando as circunstancias o exigem, admirava que se não fizesse o mesmo em respeito ao Douro. Parece que um mal fado persegue tudo o que possa tender a beneficio d'aquelles lavradores, que têm produzido para o estado mais de réis 300-000\$000\$000.

Um seu collega apresentou um projecto para que o governo desse 6-000\$000 réis para a compra de enxofre, que fosse repartido pelas camaras do Douro. Onde para esse projecto? Na comissão de agricultura? Na comissão dos vinhos? Em nome dos interesses d'aquelle paiz, hoje desgraçado, pede á comissão respectiva que dê o seu parecer sobre aquelle projecto. Estamos em tempo de enxofrar as vinhas, e nem o governo nem a camara se lembram de resolver o modo de os lavradores do Douro poderem commodamente obter o enxofre necessario para ver se podem colher algum cacho na vindima! Repete: um mau fado persegue os negocios do Douro, e não esperava tal.

Aproveita a occasião para lembrar ao nobre ministro das obras publicas o telegrapho electrico da Regua para Lamego, que pediu já, e cuja vantagem e conveniencia mostrou. Desejava que a este respeito não houvesse só promessas e boas palavras, mas obras. Não se tinha enganado quando dissera que a camara de Lamego se promptificaria a oferecer casa para a estação telegraphica; sabe que aquella camara illustrada tinha já feito esse offerecimento ao governo. Lamego, cidade populosa, commerciante, industria, a 4 ou 5 kilometros da linha telegraphica da Regua, não pôde, não deve estar privada d'esta maravilha da civilisação; e por isso pede que o nobre ministro se apresse a dotar aquella cidade com este melhoramento de que tanto precisa.

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 21

Entrou em discussão o artigo 7.º

O sr. Mello Soares (sobre a ordem):—tendo a comissão adoptado, e a camara approvado que fizesse objecto da presente lei a emphyteuse, subemphyteuse e o censo, e não se achando definido senão o que diz respeito a emphyteuse, é necessario que se defina o modo de avaliar a subemphyteuse e o censo, sendo por isso preciso acrescentar depois do § 6.º, outro § que deverá ser o 7.º, definindo o valor da subemphyteuse, e o outro que será o 8.º, que deve definir o valor do censo. N'este sentido manda para a mesa os competentes §§.

Não se oppõe a que fique na lei o § 16.º, apesar de o considerar uma redundancia em vista do que hontem se votou. Quanto porém ao § 17.º, parece-lhe não poder de modo algum ir na lei, porque dizendo elle «nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do foro estipulado mul-

tiplicado por vinte» este valor é sem duvida o valor do dominio directo, e se a comissão teve em vista abranger o dominio directo e util, não chegou ao seu fim; assim como se teve em vista fallar do dominio util, tambem não chegou ao seu fim; por consequencia entende que este § não deve existir na lei, e manda para a mesa a proposta de eliminação, reservando-se para a sustentar se for combatida.

São lidos na mesa os seguintes additamentos.

«§ 7.º O valor da subemphyteuse e o do seu rendimento multiplicado por vinte, abatidas vinte penes, e um laudemio se elle se houver estipulado.

§ 8.º O valor do censo é o do preço da consi-

gnação. — *Mello Soares*.»

São admittidos e ficam tambem em discussão.

O sr. Pereira de Carvalho e Abreu:—manda para a mesa as seguintes propostas:

«Additamento ao artigo 7.º § 5.º depois da palavra=laudemio=acrescente-se= uma luctuosa havendo=»

Additamento ao artigo 7.º § 6.º depois da palavra=laudemio=diga-se= uma luctuosa, se a houver=»

Substituição ao § 17.º Nas emphyteuses será a contribuição calculada sobre o producto do rendimento dos bens emphyteuticos multiplicado por vinte annos a somma de vinte foros, um laudemio e uma luctuosa se for estipulado.

Substituição ao § 15.º Nas transmissões, direitos e accções será a contribuição calculada sobre o valor do objecto em que recaírem esses direitos e accções. — *Pereira de Carvalho e Abreu*.

São admittidas á discussão.

O sr. Moraes Carvalho:—depois de ler o § 7.º observa que não se oppõe aos principios estabelecidos pela comissão, mas existe uma grande differença. Nos §§ 7.º e 8.º trata-se do usufructo, mas do usufructo vitalicio; porém existe tambem o usufructo por um certo e determinado tempo, e a esse respeito as regras não podem deixar de variar. O usufructuario que tem que pagar o imposto respectivo ao rendimento de dez annos, não pôde estar nas mesmas circunstancias d'aquelle a quem é concedido a usufructo por dois, tres e um anno, e por esta maneira pôde chegar-se até á injustiça de que todo o usufructo seja absorvido pelo imposto. Por consequencia manda para a mesa a seguinte proposta.

«Substituição ao § 7.º—O valor do usufructo vitalicio será o producto do rendimento annual multiplicado por dez. O valor do usufructo por tempo certo será o producto do mesmo rendimento multiplicado pelos annos da duração do usufructo, sem que jamais exceda a vinte. — *Moraes Carvalho*.»

Uma vez que o § 7.º possa soffrer esta modificação, é indispensavel pôr o § 8.º em harmonia com o 7.º; e portanto ao § 8.º apresenta a seguinte substituição:

«Substituição ao § 8.º—O valor da propriedade separada do usufructo será o producto do seu rendimento annual, multiplicado por vinte, deduzindo-se o valor do usufructo calculado na forma do § antecedente. — *Moraes Carvalho*.»

Como o proprietario só quando entrar na posse do predio é que tem obrigação de pagar o imposto, a este respeito não duvidaria ir mais longe, não duvidaria annuir a que fosse obrigado a pagar o direito de transmissão com relação a todo o valor da propriedade.

Em quanto ao § 17.º, já em outra occasião combatu a sua disposição. Não pôde conceber como para o direito de transmissão do dominio util se faça o calculo ao valor do dominio directo, e, permanecendo este §, temos dois §§ dando ao mesmo objecto dois valores diferentes; o § 17.º dando á transmissão do dominio util um valor, entretanto que o § 5.º dá-lhe um valor muito differente.

Chama a attenção da camara sobre a disposição do § 20.º, porque julga que elle é mais prejudicial que tudo quanto se possa imaginar. Se esta disposição vingia, o resultado será um embaraço constante a todos os contratos e actos da vida civil. Fazer dependente a effectividade dos contratos do pagamento do direito de transmissão, e fazer depender o pagamento do direito de transmissão de uma louvação anterior, de um processo que ha de ser demorado,

Portanto se, como quer o sr. deputado, se deduzisse o valor do domínio útil do domínio directo, não ficava nada, porque o domínio directo da constituição da emphyteuse considera-se perfeitamente igual ao domínio útil.

A substituição é admittida á discussão.

O sr. Mello Soares (sobre a ordem):—lé e manda para a mesa uma proposta, para entrar em seguida ao § 12.º

E referindo-se ao que o orador que o precedeu disse, com relação ao valor que se deve dar ao domínio directo e útil, de que na constituição da emphyteuse havia um contrato bilateral e synallagmatico, observa que dahi não resulta ficar um igual ao outro, porque a igualdade não vem da natureza do contrato, em que muitas vezes acontece que um dá muito e o outro quasi nada, tanto que em phrase juridica o fôro toma-se sempre como reconhecimento do domínio, e não como valor aquisitivo; e se assim fosse, havia sempre venda em lugar de emphyteuse.

Ainda á interogação de s. ex.ª acerca do valor que fica tendo a emphyteuse que paga pensões e laudemio, quando indicou que o emphyteuta fica sem nada e o senhorio directo com tudo, doutrina que também applicou aos arrendamentos de longa data, responde que não tirando o arrendamento de longo tempo o domínio não pôde haver analogia.

Lê-se logo na mesa a proposta. É a seguinte:

«§ 13.º Se a venda ou subrogação recair em bens de que se deva laudemio, este entrará em calculo para o valor sobre que ha de recair a contribuição.

Quando na constituição da emphyteuse houver entrada, o imposto d'esta será tido em conta para marcar o valor tributavel.» Mello Soares.

É admittida e fica em discussão.

O sr. Rocha Peixoto (sobre a ordem):—offerece em substituição ao § 20.º do projecto da comissão o § 20.º da proposta do governo, por quanto entende que o pensamento do sr. ministro da fazenda é util, ao passo que a alteração feita pela comissão vem aggravar uma contribuição tão pesada.

«Ao mesmo tempo, desejando que o sr. ministro declare se julga em vigor o artigo 8.º da lei de 12 de dezembro de 1844, manda para a mesa uma outra proposta que lhe diz respeito.

Lêem-se na mesa as seguintes propostas:

«§ 2.º Para determinar o valor dos bens de raiz será sempre adoptado o rendimento collectavel inscripto na matriz da contribuição predial, excepto nos casos dos §§ 1.º e 2.º» Rocha Peixoto.

«Proposta de nova disposição para artigo novo.

«Fica em vigor o artigo 8.º da lei de 12 de dezembro de 1844 com respeito ás transmissões de propriedade por título gratuito.» Rocha Peixoto.

São admittidos e ficam em discussão.

O sr. Barros e Sá (sobre a ordem):—é de opinião de que o § 12.º carece de outra redacção, e portanto pede á comissão de fazenda que se assim o entende proponha outra redacção.

O § 13.º no seu modo de entender carece também ou de explicação, ou de outra redacção. Comparando-o com o § 14.º vê que se trata de adjudicar e arrematar, quando n'aquelle se trata de consignar, redacção esta que não é muito clara, e por conseguinte seria melhor eliminar estes dois §§ ou dar-lhes outra redacção.

Por consignação de um predio em pagamento de uma divida entende-se sempre a consignação do rendimento de um predio; e como não ha aqui transiência de dominio não pôde haver tributo.

Deseja pois chamar a attenção da comissão para este ponto; pôde estar illudido, e se a comissão, por algum dos seus orgãos lhe mostrar que a sua duvida não tem fundamento, e que as palavras do numero a que se refere, podem ter uma outra significação, não duvidará retirar a emenda que vae mandar para a mesa; e quanto á proposta do sr. Moraes Carvalho, pede licença para a assignar, e fazer também sua.

A emenda é a seguinte:

«Propoção a eliminação do § 13.º» Barros.

É admittida, e fica também em discussão.

O sr. Justino de Freitas:—manda para a mesa uma emenda ao § 20.º, onde se diz: «O valor dos bens de raiz será determinado pela avaliação dos peritos, tendo-se em vista os contratos anteriores ou outros actos que se referirem ao valor dos mesmos bens; com tanto que os rendimentos d'elles nunca se reputem inferior ao rendimento collectavel da matriz predial» se acrescenta «excepto nos casos do n.º 1.º e 2.º»

Deve declarar também á camera, que a comissão approva a emenda do sr. Mello Soares em relação á avaliação da subemphyteuse e do censo; assim como approva a emenda do sr. Moraes Carvalho quanto á avaliação do usufructo temporario.

Faria algumas reflexões sobre as ponderações que tem feito alguns illustres deputados. Começa pelas que acaba de fazer o sr. Rocha Peixoto, tendentes a saber se o direito de transmissão tinha de ser pago sempre que se verificavam os casos mencionados no projecto, ou se passados cinco annos como determina o artigo 8.º da lei de 12 de dezembro de 1844.

Parece-lhe que a lei é clara, e n'ella não se exclue caso algum, alem dos que estão comprehendidos no artigo 3.º, e nas emendas que foram apresentadas: por tanto não ha mais caso algum que deixe de estar sujeito ao pagamento do registro.

Além d'isto, esta questão é deslocada: o lugar proprio d'ella se trataria no artigo 2.º e 3.º, e ao sr. deputado que entendeu fazer um serviço ao sr. ministro da fazenda propondo a prescripção que vinha na proposta do governo, devia dizer que o sr. Moraes Carvalho já tinha mandado uma emenda no mesmo sentido; mas a comissão sente não poder concordar com os illustres deputados n'esta parte, porque todos sabem que as matrizes prediaes estão imperfeitas, e esta confissão é feita por toda a camera: ninguém pôde dizer que hoje a matriz predial corresponde ao valor exacto da propriedade. É possível que pelo andar dos tempos, pelo cadastro, e outras medidas que possa adoptar o governo, as matrizes prediaes possam chegar á perfeição; mas por ora supponho que ninguém de boa fé pôde acreditar que ellas possam dar o valor exacto da propriedade. Por conseguinte, a comissão não pôde aceitar estas propostas.

O sr. Barros e Sá entendeu de uma maneira particular o § 13.º: a comissão quando diz «nas consignações de predios para pagamento de dividas» não quer dizer se não a cedencia de propriedades para pagamento de dividas; mas se o illustre deputado entende que se pôde dar uma redacção mais clara e melhor, a comissão não duvida accepta-la, uma vez que fique salvo o pensamento.

Outras propostas foram mandadas para a mesa e principalmente uma, querendo contemplar as luctuosas para o caso da emphyteuse e sub-emphyteuse. A comissão não pôde admittir semelhante coisa, por que todos sabem que a luctuosa é uma contribuição repugnante que ninguém pôde aceitar, e por isso na lei se não pôde comprehender essa contribuição.

O sr. Moraes Carvalho:—já outro dia fez algumas reflexões a respeito d'este § por que lhe pareceu conter um contrassenso, e apresentou alguns calculos que mostravam que era uma porta aberta para fraudes em prejuizo da fazenda nacional; e as suas palavras fizeram tanta impressão no animo do illustre deputado o sr. Nogueira Soares, que já hoje veio propor uma emenda para se comprehenderem as lutas ou entradas, a fim de obstar a prejuizos que de certo viriam á fazenda nacional.

Disse o mesmo illustre deputado que o contrato de aforamento é um contrato synallagmatico, um contrato bilateral, e tão oneroso como são todos os contratos bilateraes. E pôde o illustre deputado dizer que no contrato de emphyteuse o valor do domínio directo é igual exactamente ao valor do domínio útil? Esta demonstração é que elle, orador, queria que o illustre deputado fizesse. Mas note-se que se fosse verdadeira esta asserção, se o valor do domínio directo era igual ao do domínio útil, era censurada tanta questão por que tanto fazia avaliar o domínio directo como o domínio útil. As reflexões do illustre deputado ainda poderiam ter algum vislumbre de plausibilidade, se se tratasse de aforamento de bens incultos, mas estes estão fóra de questão, por que não são comprehendidos, e então não podem colher de modo algum as observações do illustre deputado.

Dizendo isto não faz a menor injuria á alta intelligencia de s. ex.ª, a qual reconhece, mas não pôde também deixar de sustentar a sua opinião.

O sr. Justino de Freitas, relator da comissão, acabou de dizer que não acceptava a base proposta pelo sr. ministro da fazenda no n.º 20 da sua proposta, por isso que a matriz era imperfeita e ordinario não mostrava um valor exacto. Elle, orador, julga que o valor arbitrado pelos louvados não será mais exacto, por que raros são as excepções em que os avaliadores se regulam pelos dictames da sua consciencia e pelas disposições das leis; por isso prefere como bitola para as louvações a matriz predial, que deve ser feita á vista dos titulos e de todas as respectivas declarações.

Em quanto ao § 13.º, parece-lhe de alguma ponderação o que disse o sr. Barros e Sá, e nada diz sobre elle, porque o sr. relator da comissão declarou já que não duvidaria aceitar qualquer emenda que tornasse mais claro o pensamento do mesmo §.

O sr. Nogueira Soares:—o espirito do direito emphyteutico tem variado muito entre nós. No principio da monarchia e muito tempo depois os contratos emphyteuticos não se reputavam contratos bilateraes e synallagmaticos, reputavam-se contratos beneficarios, nos quaes o senhorio dava o domínio útil ao emphyteuta, não a troco de um fôro ou de um laudemio que o compensasse, mas unicamente a troco de um fôro que fosse uma prova do reconhecimento do domínio directo. Era este o direito emphyteutico primitivo, mas não é o actual. Hoje as idéas que regem acerca da emphyteuse, aproximam-na muito mais do contrato de arrendamento: hoje o contrato emphyteutico reputa-se um contrato bilateral, synallagmatico e cumulativo, com direitos e obrigações reciprocas para ambas as partes.

O sr. Moraes Carvalho disse que não se curvava diante de nenhuma autoridade quando elle, orador, citou a de um illustre juriconsulto, professor da universidade e seu mestre, o sr. Coelho da Rocha. Este illustre juriconsulto vale muito mesmo como autoridade para a maior parte dos illustres membros da camera, que ou foram seus discipulos, ou estudaram pelas suas obras. Mas quando a sua autoridade não valesse, valiam de certo os seus argumentos, e elle diz, tratando da emphyteuse, que ella não é da parte do senhorio uma mera liberalidade, como antigamente se julgava, mas sim um contrato bilateral e cumulativo, de que ambos os contratantes tiram reciprocas vantagens. Esta é actualmente a theoria do contrato emphyteutico; e se assim é; se elle é um contrato cumulativo; se o que agora não tem a intenção de beneficiar o emphyteuta, mas a de tirar da sua terra o maior proveito que pôde tirar por via d'este contrato, é evidente que aquillo que o senhorio da propriedade recebe do emphyteuta é perfeitamente igual aquillo que este lhe dá, é o mais que o senhorio entende que pôde receber pela propriedade que afora.

É evidente que se o senhorio directo entendesse que, arrendando a propriedade, ou vendendo-a, podia tirar mais proveito d'ella, do que aforando-a, não a aforava, vendia-a ou arrendava-a. Desde que admittimos que o contrato emphyteutico não é um contrato gratuito, em que haja doação do senhorio ao caseiro, mas sim um contrato synallagmatico, bilateral, oneroso, no qual o senhorio o que quer é attender ao seu interesse, e faz-lo valer do melhor modo possível, é claro que elle não dá o domínio útil ao caseiro senão a troco da maior conveniencia ou vantagem que possa obter por esse dominio útil, aliás arrendava ou vendia a sua propriedade, e não a aforava. Esta doutrina, alem de ser conforme com a natureza dos contratos, com os principios economicos, e com o que sentimos e fazemos, porque quando aforamos não praticamos outra coisa senão arrendar para sempre a nossa propriedade da maneira que nos é mais conveniente, é hoje doutrina legal estabelecida pelo artigo 21.º de um decreto de abril de 1832, no qual o sr. Mousinho da Silveira estabeleceu até certo ponto a reforma da legislação vinicular. Esse artigo diz, que será valido, sem dependencia de provisão e confirmação, todo o aforamento de bens vinculados feito por arrematação judicial. E como se faz n'estes casos a arrematação? Em praça publica pelo maior fôro que ella pôde dar; e se a propriedade se afora pelo maior fôro que ella pôde dar em praça, é evidente que não tem nenhum valor maior que o valor correspondente a esse fôro e ao laudemio.

Quando ha entradas, sem duvida essas entradas constituem uma parte do preço, e sobre ellas deve recair a siza. Quando n'um contrato emphyteutico ha entradas, não ha só um contrato emphyteutico, ha um contrato emphyteutico juntamente com um contrato de compra e venda, ha contrato de compra e venda com relação á entrada, e ha contrato de emphyteuse. Por isso na sua substituição faz recair também a siza sobre a entrada.

Qual é o preço do domínio útil? O preço do domínio útil é, primeiro o fôro que ordinariamente é o mais importante, depois o laudemio, depois o direito de prelação, e depois a entrada, se ha entrada. Por isso na emphyteuse quando ha entrada, ha um contrato de compra e venda com relação a uma parte, e ha um contrato emphyteutico com relação á outra parte. Mas quando a emphyteuse é pura e simplesmente o fôro do domínio útil, representa-se pelo valor do fôro e pelo valor do laudemio, e se quiserem ainda pelo direito de prelação; mas não quiz na sua substituição metter em conta o valor do direito de prelação, porque era muito difficil de avaliar; entretanto note-se que é em favor do emphyteuta e contra o fisco que admittiu esta excepção.

Disse o sr. João de Mello, se o domínio directo é igual ao domínio útil, não se transfere absolutamente nada para o fôro, porque n'esse caso o domínio útil menos o domínio directo é igual a zero. Este argumento prova de mais, e por isso prova contra, e prova também contra as compras e vendas, contra os arrendamentos e contra todos os contratos synallagmaticos: este argumento tem o defeito de prova de mais e de ir atacar directamente a natureza de todos os outros contratos.

Diz-se: então se isso é assim, porque não havemos de adoptar uma regra para todos os casos de avaliação do domínio útil, e porque havemos de estabelecer regras diversas para as diferentes hypothesees. Não se faz assim, porque ha duas hypothesees inteiramente diferentes, a hypothese da constituição da emphyteuse, e a hypothese posterior á constituição da emphyteuse. É somente na constituição da emphyteuse que, em principio, o domínio directo é igual ao útil; depois de constituida a em-

phyteuse, o caseiro toma conta da propriedade, faz valer mais essa propriedade, acrescenta-lhe o trabalho, que é a origem de todo o valor, porque depois do que têm escripto os economistas sabe-se que toda a riqueza é a representação do trabalho humano, e que não ha nenhum valor nem riqueza alguma que não seja representação do trabalho. Constituida a emphyteuse, o caseiro toma conta da propriedade, faz-lhe melhorias, faz-lhe arroteamentos, soccos, etc., augmenta o valor da propriedade, e então já o valor do domínio directo não é igual ao valor do domínio útil, e n'este caso quando quizermos avaliar o domínio útil já não havemos de avaliar do mesmo modo. Note-se que no § 17.º trata-se tão somente da constituição da emphyteuse, e por consequencia da transferencia do domínio útil do poder de quem tem o domínio pleno para o caseiro: nas outras hypothesees trata-se da transferencia do domínio útil por compra e venda, ou por qualquer outro contrato ou acto gratuito, e não se trata já de modo nenhum da constituição da emphyteuse, porque essa não pôde ter lugar senão uma unica vez.

Disse-se que as observações d'elle, orador, ainda podiam ter cabimento com relação ao aforamento de terrenos sem cultura, mas de modo nenhum o tinham com respeito ao aforamento de terrenos cultivados. A hypothese é perfeitamente a mesma em ambos os casos: o fôro não representa senão o valor da propriedade, nem pôde representar outra coisa.

Atacou-se ainda o parecer da comissão com respeito ao § 20.º, querendo-se que as propriedades se avaliassem ou por declaração da parte, ou na falta de declaração da parte, pelo seu rendimento collectavel, e nunca pelos contratos anteriores. Conceda em parte, e a comissão já concordou do mesmo modo. A declaração da parte, o valor dado pela parte aos objectos sobre que deve recair o direito de transmissão, deve ser o primeiro indicador para a avaliação; mas as partes podem não ser leaes, podem declarar um valor muito inferior ao verdadeiro para fraudarem a fazenda, e n'esse caso deve ficar á fazenda algum meio de saber qual é o verdadeiro valor dos objectos a posteriori, porque a priori para o primeiro pagamento do imposto deve attender-se unica e simplesmente á declaração das partes.

As observações que se fizeram com respeito á avaliação pelos peritos são exactas: elles avaliam mal a maior parte das vezes, curvando-se a considerações de interesse particular, e por isso é que a comissão adoptou o principio de que se deviam examinar os contratos anteriores, e este principio tem sido adoptado na legislação franceza para se corrigirem os defeitos do cadastro. Se a comissão concordar que se façam as avaliações, tendo-se também em vista o rendimento collectavel, não tem duvida em admittir esta condição.

O sr. Justino de Freitas:—para ficarem fóra do combate algumas reflexões apresentadas com relação á materia do artigo 10.º, manda para a mesa a seguinte substituição que tinha de apresentar por parte da comissão quando se tratava d'este artigo:

«Art. 10.º § 2.º—Todos os contratos por título oneroso poderão celebrar-se, pagando-se a contribuição respectiva calculada sobre os valores declarados pelos contratantes, constando que esses valores não sejam inferiores aos que resultam do rendimento collectavel inscripto na matriz predial, e salva a liquidação posterior do imposto nos termos da presente lei quando possa duvidar-se da exactidão de taes declarações.» Justino de Freitas.

O sr. Moraes Carvalho:—pede para retirar a sua substituição ao § 20.º

O sr. Nogueira Soares:—declara que mandou para a mesa a sua substituição a § 17.º de accordo com a comissão, e por isso ella tem de ser votada em vez do § 17.º do projecto.

É admittida á discussão a substituição apresentada pelo sr. Justino de Freitas ao § 2.º do artigo 10.º

O sr. Presidente:—declara que achando-se extincta a inscrição vao-se votar.

O sr. Justino de Freitas (sobre o modo de propor):—pede que se ponha á votação o artigo 7.º, salvas as emendas que ainda ficam na mesa, para serem consideradas pela comissão.

A camera annue a que se retire da discussão a proposta do sr. Moraes Carvalho ao § 20.º

Segundo-se votar sobre o artigo 7.º

O sr. Presidente:—declara que tem ténção de pôr á votação o artigo 7.º, e depois cada um dos seus numeros, salvas as emendas e additamentos a estes offerecidos.

O sr. Moraes Carvalho:—requer que a votação seja não só sobre o artigo e seus numeros, salva a redacção e as emendas, inda estas para a comissão a fim de as considerar como entender na ultima redacção do artigo e numeros respectivos.

Consultada a camera a este respeito venceu-se que a votação fosse uma só sobre o artigo 7.º e seus respectivos numeros, salva a redacção; e que as emendas offerecidas em relação a cada numero ficassem salvas para irem á comissão, a fim de as attender como julgasse conveniente na ultima redacção do projecto.

Posto, portanto, a votos o artigo 7.º é approvado n'estes termos.

Approva-se igualmente que os additamentos vão á comissão sem mais votação especial da camera a respeito de cada um d'elles, e sem prejuizo da discussão do projecto.

Devendo-se passar á discussão do artigo 8.º

O sr. Barros e Sá:—requer que se discutam conjuntamente os artigos 8.º, 9.º e 10.º

Assim se vence.

Passa-se, portanto, á discussão dos referidos artigos.

O sr. Calça e Pina:—manda para a mesa uma emenda ao § unico do artigo 8.º, e expõe os motivos pelos quaes entende que não ha razão alguma para esta disposição, da qual aliás hão de resultar graves inconvenientes; e para os evitar é que offerece a seguinte emenda:

«Emenda ao § unico do artigo 8.º: em lugar das palavras finais «sem suspensão» deve dizer-se «também com effeito suspensivo.» Calça e Pina.

É admittida á discussão.

O sr. Araújo (sobre a ordem):—apresenta uma substituição ao artigo 8.º. É aproveitada a occasião para dizer que a reforma de fazenda feita pelo sr. Avila fôra um golpe que s. ex.ª dera na administração publica, porque deu taes attribuições ás críveis de fazenda, e collocou-os em tal posição, em relação á administração publica, que não ha administrador de concelho nem governador civil que possa arrostar com elles.

Pede ao sr. ministro da fazenda que adopte a sua substituição a fim de que o recurso em primeiro grau seja para o conselho de districto, e não para a junta dos repartidores, porque o recurso para a junta dos repartidores é o mesmo que levar o recurso do escripto de fazenda para o proprio escripto. E por esta occasião também nota, que a justiça administrativa está virgem de toda a imputação. Parece-lhe pois que o conselho de districto deve dar mais garantias para os recursos em primeiro grau, do que a junta dos repartidores, e por isso manda para a mesa a seguinte substituição:

«Art. 8.º Propoção a substituição d'este artigo pelo seguinte:

A contribuição de registro será liquidada pelo administrador do concelho com o escripto de fazenda.

§ unico. D'esta liquidação haverá recurso para o conselho de districto, e d'este para o conselho d'estado, com effeito suspensivo só no primeiro recurso.» Araújo Mascarenhas, Infante Pessanha.

É admittida á discussão.

O sr. Albuquerque:—offerece um additamento ao § unico do artigo 8.º que espera que a comissão adoptará, pois que é mais conveniente que os recursos das decisões da junta dos repartidores vão para a junta da fazenda, do que para o conselho do governo.

O additamento é o seguinte:

«Additamento ao § unico do artigo 8.º—no ultimar o recurso das decisões da junta dos repartidores será para a junta da fazenda, com suspensão.» Bernardo Francisco de Albuquerque, deputado pela ilha de S. Thomé.

É admittido á discussão.

Tendo dado a hora

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de segunda feira a mesma de hoje, e finda a discussão do projecto n.º 21, entraria o projecto n.º 18, a respeito do caminho de ferro do sul; e levanta a sessão.—eram quatro horas da tarde.

RECAPITULAÇÃO

No extracto do discurso do sr. ministro da justiça, publicado a pag. 412, 1.ª col., lin. 151, onde se lê:

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—tendo sido distribuido pelos srs. deputados um exemplar das medidas que apresentou á camera, e achando-se n'este exemplar algumas incorrecções de phrases e erros de redacção, que, ainda que simples, alteram de algum modo o que litteralmente está nas propostas originaes que apresentou á camera, entendendo dever fazer esta declaração para conhecimento dos srs. deputados.

Leia-se:

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—tendo sido distribuido pelos srs. deputados um exemplar das medidas que apresentou á camera; e achando-se n'este exemplar algumas incorrecções de phrases e de erros de redacção, que, ainda que simples, alteram de algum modo o que litteralmente está nas propostas originaes que apresentou á camera, entendendo dever fazer esta declaração para conhecimento dos srs. deputados.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto—Ha tres dias, diz o *Commercio o Porto* de 19, que os engenheiros do sr. Salamanca fazem estudos, em Villa Nova de Gaia, para o caminho de ferro do norte. Começaram estes estudos nas immedições da ponte pensil. Parece que o fim é conhecer qual o ponto mais conveniente, para a entrada do caminho de ferro n'esta cidade.

Beja—O novo jornal d'esta cidade reclama com a maior insistencia a criação de uma granja, modelo, n'aquelle districto. Eis como esta folha entesta o artigo em que solicita este vantajoso melhoramento agrícola:

«Muitas e importantissimas são as necessidades de que carece o districto de Beja, porém nenhuma mais forte, mais vital, mais urgente e momentosa, do que a criação de uma granja modelo.

«já demonstrámos algures as muitas vantagens que resultariam para este districto, e para toda a provincia do Alentejo, d'um estabelecimento d'esta ordem, e fizemos sentir a transformação rapida que se operaria na nossa economia rural, se se empreendesse um semelhante meio de melhoramento.

«E na verdade, o districto de Beja, como todos os demais districtos, onde os methodos de cultura se acham tão atrasados, onde as machinas de lavoura são construídas em opposição com as boas regras de mechanica, carece de um estabelecimento rural, onde os agricultores possam observar todos os melhoramentos que a agricultura tem experimentado pelo auxilio da sciencia.

«Bem conhecemos que para levar ao cabo semelhante empreza é necessario acarretar despesas sobre o thesorio, mas também não ignoramos que esse onus promptamente desaparecerá; porque, se é a agricultura que dá ao fisco o maior contingente, este subiria de ponto logo que os lavradores tirassem o maior producto liquido das suas terras; o que necessariamente deverá acontecer, quando ellas, que hoje são escassissimas colheitas pela má rotação das culturas, offerecerem pingues productos, pela substituição do famoso systema dos afoamentos ao systema de um completo pousio, systema aquelle, que deu ás terras de Norfolk esse maravilhoso valor que a todos asombra.»

ILHAS

Madeira—Segundo as folhas recebidas ultimamente do Funchal, o governador civil do districto convocará a sociedade agricola a reunir-se no dia 15 do corrente, a fim de recomenciar o exercicio das suas funcções que se achava interrompido desde 26 de novembro de 1858.

No officio convocatorio, tratando este funcionario administrativo de demonstrar a conveniencia das reuniões effectivas da sociedade agricola, diz entre outras cousas o seguinte:

«A sociedade agricola entrando na indagação das causas do atraso da agricultura, observando quaes os obstaculos que mais directamente se oppõem ao desenvolvimento d'esta, accitando como ponto de partida o estado actual das cousas, pôde, sem entrar muito profundamente no campo da agronomia, encontrar muitos meios de bem servir o paiz, e ainda mesmo limitando-se a analysar os factos meramente como economista, e procurando applicar-lhes as regras da economia social, que é sciencia que está certamente ao alcance de todas as intelligencias que se acham no caso das que distinguem os membros da sociedade.

«O contrato de colonia, por exemplo, é na opinião de muitas pessoas um grande mal para a agricultura da Madeira; a devastação das matas e florestas, a falta de arvoredos e de plantações proprias para sustentar as terras nas encostas dos montes, outro grande mal de mui variadas e perniciosas consequencias; o aproveitamento de aguas de irrigação pelos diferentes systemas para esse fim conhecidos, a conservação de fontes, o melhoramento do systema de irrigação, e a reforma da legislação peculiar da ilha sobre aguas; outras tantas necessidades a que parece urgente attender, e para cuidar d'estes, posto que mui serios, interesses da agricultura, penso que não falta quem possua os conhecimentos especies necessarios.

«Por outro lado conhecida como está a conveniencia da cultura da canna do assucar, conhecidos os methodos a adoptar para essa tão rica cultura, não será difficil indagar as causas do seu pequeno desenvolvimento em relação ao terreno que ha proprio para ella, e procurar destrui-las. Também apesar da desigualdade das superficies dos diferentes concelhos do districto, e da diversidade das condições meteorologicas d'este, não será impossivel ensaiar em toda a parte as culturas que possam substituir a das vinhas, com mais ou menos vantagem, onde a canna de assucar não poder ter lugar.

«A industria pecuaria, que, segundo estou informado, é geralmente tão mal dirigida, e está apesar d'isso dando consideraveis interesses a este paiz, merecia bem a attenção de proprietarios e lavradores, que incontestavelmente são os que, de pre-

ferencia a todos, devem por-se á frente do progresso agricola. A introdução na ilha de novas raças de gados, mas antes d'ella o melhoramento das existentes; a multiplicação mesmo no estado de imperfeição das raças, e antes d'ella e para ella, os prados artificiaes onde os não ha naturaes; são providencias que inegavelmente offerecem ao alcance de todos os que se não recusarem á associação, que é o meio de fazer, de prompto, e bem, o que aos esforços isolados é absolutamente impossivel ainda mesmo tarde e mal.»

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 19 do corrente, e de Paris até 17.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS Despatches dados pela *Correspondencia de Espana*.

Genova, 18 de abril—Na Siella propaga-se a insurreição. O conde Trapani poz-se á testa de um governo provisório. A guarda nacional e os habitantes do campo unem-se aos revoltosos.

Em Napoles estão embarcando numerosas tropas, e foi chamado o corpo dos abruzzos.

Foi publicada uma carta do conde de Syracuse, dirigida ao rei, na qual é condemnada a politica adoptada até hoje, e aconselhada a reforma da lei de consumos, a promulgação da constituição e a aliança com o Piemonte.

Turin, 17—O rei assistiu ao *Te Deum*, cantado pelo arcebispo de Florença, na metropole. A noite houve illuminação geral. O rei percorreu a cidade no meio de unanimis acclamações.

Paris, 16—Segundo diz a *Gazeta do Norte*, a Rússia não entrará nunca em liga alguma contra a França, na qual vê uma nação modelo, e não uma nação rival. Ao governo russo pouco interessa o poder temporal do papa, a unidade italiana não offerece perigo para o imperio russo, e o movimento das nacionalidades não pôde alterar a sua politica.

O conde de Cavour dirigiu uma nota ao gabinete de Napoles, para que retire as suas armas que figuram nas portas das Legações, Toscana, Modena e Parma.

É falsa a noticia dada pelos jornaes de Milão, de que o general Changarnier vae assumir o commando em chefe das tropas napolitanas.

A *Independence Belge* publica outro novo protesto da Suissa.

HESPAÑIA

Os jornaes hespanhoes confirmam a noticia relativa á execução do ex-general Ortega, que foi fuzilado em Tortosa, no dia 18 do corrente, ás tres horas da tarde.

Até ao dia 19, data das ultimas noticias, não constava que tivesse sido preso o conde de Montemolin. No entanto as tropas da rainha continuavam em sua perseguição.

(Correspondencia de Espana.)

FRANÇA

O jornal official francez publica no seu numero de 14 do corrente a promulgação do tratado de paz feito em Yeddo, no dia 9 de outubro de 1858, entre a França e o Japão. Esse tratado contém estipulações de grande importancia para o commercio francez, que de dia para dia augmenta as suas relações n'esses paizes. No tratado a que alludimos nota-se em primeiro lugar, a favor dos francezes, a completa garantia das suas pessoas e propriedades. Um agente diplomatico, residente em Yeddo, consules e agentes consulares, que residirão nos diferentes portos do Japão, são encarregados de velar pelo exacto cumprimento d'estas clausulas; alem d'isso, a residencia em Yeddo para os subditos francezes será autorizada a contar do 1.º de janeiro de 1862, e na cidade de Osaka um anno depois. O exercicio da sua religião será livre de todos os obstaculos para os francezes, que poderão usar do direito de estabelecer igrejas, capellas, cemiterios, no terreno destinado á sua residencia. Uma linha geographica, definida com todo o cuidado pelo tratado, indica as distancias até onde os francezes poderão penetrar no paiz, partindo de diferentes pontos. Em Nagasaki, elles poderão viver em todo o dominio imperial circunvizinho. O uso das praticas injurias para a religião catholica é abolido no imperio japonex.

Limitam-se a mencionar as estipulações relativas ás pessoas, estipulações cuja importancia faz sentir a influencia que a bandeira franceza hoje exerce n'esses mares longinquoos. Todos os outros artigos dizem respeito ás transacções commerciaes, á intervenção consular nas contestações entre francezes e japonezes, á exportação da moeda, ás alfandegas, ao desembarque dos generos para uso dos navios de guerra, etc. etc.

NAPOLES

Até hoje apenas constam os seguintes promenores officiaes relativos ao movimento siciliano, dados pelo *Jornal official de Roma*:

«Napoles, 4 de abril.—Em Palermo a tranquillidade publica foi momentaneamente alterada. Esta manhã alguns facciosos atreveram-se n'esta cidade a atacar a tropa e a força publica, matando quatro soldados, e tres praças do corpo de policia.

«Porém, pouco tempo depois de ser committido este attentado, as tropas reaes apoderaram-se do convento da Gancia, onde os sediciosos se tinham refugiado. Nos arrabaldes da cidade appareceram ao mesmo tempo partidas armadas, porém foram immediatamente postas em fuga, achando-se a ordem e a tranquillidade publica perfeitamente restabelecidas.

«Napoles, 6 de abril.—Publicámos os promenores de que temos noticia acerca do attentado que foi committido por alguns facciosos contra a tranquillidade publica. Diremos em primeiro lugar que se confirma a noticia de que a ordem e o socego foram ali restabelecidos, e que os revoltosos foram completamente dispersados em toda a parte onde appareceram. Este facto só pôde provocar compaixão por parte das valentes tropas que os perseguiram, porque os revoltosos fogem da força regular, a fim de se irem reunir n'outro ponto.

«Quanto ao attentado do dia 4, nada temos a acrescentar: o procedimento das tropas reaes é superior a todos os elogios. Um batalhão do 6.º regimento de linha, dando entusiasticas vivas ao rei, tomou, n'um momento, o convento da Gancia, prendendo os rebeldes que ali se tinham fortificado. O espirito que anima os soldados é o mesmo que se manifesta em toda a parte no exercito e na marinha reaes.

«A cidade de Palermo, unicamente com o fim de que sejam protegidos os seus pacificos habitantes, foi declarada em estado de sitio por ordem do general Salzano.

«Consta dos despachos telegraphicos recebidos de todos os outros pontos da Siella, que em toda a ilha reas a mesma tranquillidade, que se notava em Palermo, antes e depois do conflicto de que acima fallámos.

«Além d'estes promenores, encontrámos n'uma correspondencia de Napoles os seguintes:

«Tratava-se, segundo parece, de uma insurreição séria, e que devia começar ao mesmo tempo em muitos pontos. Os monges do convento da Gancia, em Palermo, deviam dar o signal da revolta; compromisso este que realisaram, batendo-se depois com bravura.

«O convento foi tomado de assalto; os sitiados atacados á bayoneta foram em grande parte mortos immediatamente, e alguns prisioneiros foram depois fuzilados. Os que conseguiram fugir, saíram da cidade e foram juntar-se a outros revoltosos. O fogo começou de novo á noite, na madrugada e na tarde do dia 5. É certo que a população de Palermo não tomou parte alguma no movimento.

«Tem contribuído para se dar maior importância ao movimento o facto das medidas adoptadas pelo governo.

«Na Sicília estão actualmente forças imponentes, que são todos os dias reforçadas por novos corpos. Á julgar por estas formidáveis expedições a revolta está longe de se achar reprimida.

«Em Nápoles tem reinado sempre o maior sosiego; apenas coustou vagamente que devia rebentar um movimento na ilha.

Nestes ultimos dias têm sido presos muitos sicilianos, cita-se entre outros o príncipe Nisceme.»

(La Presse.)

NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

OBSERVATORIO METEOROLÓGICO

INFLUÊNCIA D. LUIZ				
NA ESCOLA POLYTECHNICA				
BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)	
Millímetros	Grãos C.	Por 100	Rumos	
9 m. 753,90	13,7	53,6	NE.	
3 t. 752,90	17,7	40,6	OSO.	

DIA 20.

Maxima—temperatura.....	17,6 C.
Minima.....	9,5
(de noite.....)	5,0
Ozone.....	6,0
Chuva (adometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	3,0
Altura barométrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTÍCIAS COMMERCIAES

Rendimento da alfandega da Figueira

A alfandega d'esta villa rendeu no mez de março ultimo a quantia de 5513\$740 réis. Em fevereiro tinha este rendimento sido de 4305\$747 réis, e em janeiro de 6399\$509 réis.

BANCO DE INGLATERRA

BALANÇO DADO EM 4 DE ABRIL

O estado do mercado inglez está longe de ter melhorado depois que os directores do banco de Inglaterra pozeram a taxa do desconto a 1/2 por cento, e a maior parte dos negocios de desconto recae sobre o banco. As casas de desconto e de banco, obrigadas a procurar capitais depositando valores no banco, tomam o menos possível objectos de desconto, e não negociam as melhores firmas abaixo de 5 por cento. O pequeno commercio é obrigado a pagar 5/2 e 6 por cento; mas submette-se voluntariamente a estas condições, porque os negocios têm retomado muita actividade. Também os diversos artigos do balanço do banco testemunham uma especie de crise, e fazem temer que a taxa minima de desconto seja elevada de novo, quinta feira proxima, de 1/2 por cento, e levantada a 5 por cento.

A carteira augmentou de novo 25 milhões de francos, de sorte que em quinze dias o seu augmento não tem sido menor de 59 milhões; e como o thesouro cessou de ajuntar á sua conta corrente, resulta uma diminuição de 40 milhões nas disponibilidades, da qual 9 milhões sobre o em caixa, e 31 milhões sobre a reserva de notas do banco.

A carteira está em uma situação mais favoravel que no mez de abril de 1857, quando a taxa do desconto era a 6/4 por cento. A carteira eleva-se a 624 milhões de francos; não se elevava, em 1857, senão a 541 milhões; mas é verdade que o em caixa se eleva a 372 milhões em lugar de 233 milhões; a reserva, a 171 milhões em lugar de 107.

Espera-se que o pagamento dos dividendos, que começa a 10 de abril, melhor consideravelmente a situação da praça. É verdade que mais de metade das sommas a receber têm sido descontadas, e que a carteira vai soffrer uma enorme diminuição. Mas este movimento no balanço do banco não ajuntará nada aos recursos do mercado financeiro.

O movimento de metas preciosos é pouco importante. As chegadas de ouro dos Estados Unidos têm sido quasi nullas, pois não têm excedido a 3 milhões de francos da Australia e das Indias occidentaes.

É verdade que os avisos de Melbourne dizem, que nove navios vem para Inglaterra com carregamentos de ouro, que se elevam a 20 1/2 milhões de francos; mas a maior parte d'estes navios não chegarão senão depois de 15 de abril.

Eis-aqui as cifras do balanço do banco de Inglaterra, dado em 4 de abril, comparado com o de 28 de março:

Carteira.....	24.964.764	aug.	1.009.575
Bilhetes a sete dias.....	699.995		5.988
Contas correntes diversas.....	13.966.348		410.154
Circulação activa.....	22.545.586		871.223
Circulação total.....	28.687.415	dim.	375.625
Em caixa.....	14.889.597		388.107
Reserva em caixa.....	671.182		12.494
Reserva de bilhetes.....	6.841.825		1.240.020
Reserva em caixa e bilhetes reunidos.....	7.513.007		1.253.330
Conta corrente do thesouro.....	9.696.432		687.678
Valores publicos pertencentes ao banco.....	10.221.140		50

(Nacional.)

INDIA INGLEZA

O jornal *Bombay-Government-Gazette* publica, no seu supplemento de 20 do fevereiro proximo passado, o seguinte despacho telegraphico, transmitido de Calcutá no dia 18 do mesmo mez:

«São adoptadas as seguintes alterações nos direitos das alfandegas:

IMPORTAÇÕES

«Todos os direitos de 20 por cento ficam reduzidos a 10 por cento, exceptuando unicamente os direitos sobre o tabaco. As fazendas de algodão, linho e lã pagarão 10 por cento de direitos.

«Os direitos sobre o tabaco já preparado serão de 1 rupia, e de 8 annas os do tabaco não preparado.

EXPORTAÇÕES

«O salitre pagará 2 rupias.

«São admitidos livremente os seguintes artigos:

IMPORTAÇÕES

«Lã, linho, linho-canhamo, mappas, estampas, trabalhos de arte, e pelles.

EXPORTAÇÕES

«Lã, linho, linho-canhamo, pelles, chá e café.

«Do dia 20 do corrente em diante começam a regular em todos os portos as alterações citadas.

«Por ordem do governador.—B. H. Ellis, secretario do governo.»

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 21 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Ville Dage, brigue polaca franceza, capitão L. Blitru, de Rouen em 10 dias, com ferro e mais generos a M. Walsh & C.; 9 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas da noite.

Sagres, curveta a vapor portugueza, comandante o capitão tenente B. N. White, de Cadiz em 33 horas; 125 praças de guarnição, 2 peças montadas, e da força de 900 cavallos. Entrou hontem ás 10 horas da noite.

Conceição Nova, rasca, mestre M. F. Gomes, da Figueira em 2 dias, com vinho e madeira; 7 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Alexandre Mattos Coelho, barbeiro; José Lopes, trabalhador; portuguezes.

Senhor do Bomfim e Almas, cahique portuguez, mestre F. J. dos Anjos, de Peniche em 24 horas, com sardinha; 8 pessoas de tripulação.

Valente 2.º, hiate portuguez, mestre J. D. S. Borda, do Porto em 36 horas, com madeira, vinho, e mais generos, 8 pessoas de tripulação e 17 passageiros, que são: José Rodrigues Chaves, proprietario; José Pereira da Rocha, Bernardo José Pereira, negociantes; José Manuel Rodrigues, lavrador; Francisco Pereira, tanoeiro; Domingos José Ribeiro, almocreve; José Sobral, sem emprego; portuguezes: José Antonio Peres, Antonio Peres, José Alongo, José Pinheiro, Antonio da Pena, Manuel de Castro, João de Castro com um sobrinho, serventes; Quiteria Ferreira com um menor; hespanhoes.

Maria, rasca, mestre J. S. Ribeiro, da Figueira em 2 dias, com madeira, feijão, e mais generos; 8 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é Antonio Rodrigues, trabalhador, portuguez.

Rapido, hiate portuguez, mestre J. M. da Nova, de Aveiro em 2 dias, com madeira; 8 pessoas de tripulação.

Aurora, galera portugueza, capitão S. F. Lopes, do Porto em 2 dias, com vinho, azeite, e mais generos, a D. Carvalho & C.; 19 pessoas de tripulação, e 16 passageiros, que são: Manuel Ribeiro de Macedo C. Motta com um creado, ecclesiastico; Antonio José Madeira com duas pessoas de familia, negociante; Jeronymo Esteves Dias, Ricardo da Silva Ribeiro, caixeiros; Joaquim Antonio Fernandes, Manuel Rodrigues, Balhazar, J. Pereira, Luiz Antonio da Serra, José Ferreira Reis, Manuel Martins, Antonio Marques Fouceiras, Joaquim Noronha da Silva, Antonio Pires Ferreira, sem empregos; portuguezes.

Gottfried, brigue sueco, capitão P. M. Nielson, de Cardiff em 8 dias, com carvão, a H. Dubeux; 9 pessoas de tripulação.

Alpha, galeota hollandeza, capitão J. Cil, de Amsterdam em 16 dias, com varios generos, a G. Seydel & Silva; 6 pessoas de tripulação.

Jacoba, galeota hollandeza, capitão W. R. Lukens, de Amsterdam em 16 dias, com varios generos, a G. Seydel & Silva; 7 pessoas de tripulação, e uma passageira, que é: Lady Lukens, hollandeza.

De Maas, galeota hollandeza, capitão W. Post, de Vlaardingen em 8 dias, com trigo, a O Herold & Comp.; 7 pessoas de tripulação.

Cathinka, chalupa dinamarqueza, capitão N. P. Nielsen, de Copenhagen em 30 dias, com bacalhau e madeira, a M. Walsh & Comp.; 6 pessoas de tripulação.

Galgio, brigue portuguez, capitão A. A. Pereira, da ilha da Madeira em 7 dias, com vinho, e mais generos, a C. de Abreu & C.; 13 pessoas de tripulação, 1 mala e 20 passageiros, que são: Manuel Moreira Dias Bastos, Vicente C. Machado, Pedro de Alcantara Goes, João de Freitas Junior, negociantes; Roberto Augusto Jeronymo da Silva, estudante; Manuel Joaquim, João Feliciano, maritimos; Maximiano Pereira, trabalhador; 1 praça de pret; Luiza Mannes; portuguezes: J. B. Robinson, E. V. Robinson, A. Allan, C. Thompson, e sua mulher, Edmith, J. P. Byrne, proprietarios; Miss M. Pett, com uma prima; inglezes.

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, de Setubal em 2 dias, com carvão; 7 pessoas de tripulação.

Christina, hiate portuguez, mestre F. S. Caldas, de Vianna em 3 dias, com milho e madeira; 7 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é André Fernandes, trabalhador, portuguez.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Carbon, vapor inglez, capitão P. Young, para Liverpool, com mineral; 19 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é W. J. Chapman, maritimo, inglez.

Senhora do Carmo, rasca, mestre J. C. Sena, para Vianna, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Maria Isabel, rasca, mestre J. da Silva, para Ceimbra, com milho; 5 pessoas de tripulação.

Nareu, hiate portuguez, mestre F. da Silva, para o Porto, com barro e encomendas; 9 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Manuel Francisco Fernandes, logista; Maria Sardinha; portuguezes.

Emilia, escuna portugueza, capitão E. C. da Silva, para Liverpool, com fruta; 9 pessoas de tripulação.

Rio Vouga, brigue portuguez, capitão J. B. de Mattos, para a ilha de Ceylão, com carvão; 12 pessoas de tripulação.

Villa da Praia, barca portugueza, capitão F. G. dos Anjos, para as ilhas de Cabo Verde, com pedra e encomendas; 14 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: João Mendes Godinho, caixeiro; Maria Magdalena, portuguezes.

Minho, paquete inglez a vapor, capitão J. W. Beggs, para Liverpool, com fruta, lã e mais generos, 16 pessoas de tripulação, e 3 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 21 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 21 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 19

Entradas—Barca portugueza *Santa Clara*, de Lisboa em 13 dias; hiate *Constante*, de Lisboa em 9 dias; vapor inglez *Iberia*, de Londres em 4 dias; galeota hollandeza *Joanna*, de New Castle em 26 dias.

Saídas—Portuguezes, galera *Aurora*, hiate *Valente 2.º*, ambos para Lisboa; patachos *Alveta*, para Havre de Grace; *Josephina*, para Setubal; hiate *Nova União*; rasca *Sebastopol*, ambos para Aveiro; palcho inglez *Mary*, para Bristol.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve E. brando, NO. regular, agora N. brando.

Do dia 20

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Vapor de guerra, *Lince*, a cruzar.—Patacho *Luso*, para Lisboa.—Cahiques, *Nugre* e *Tres Amigos*, ambos para Aveiro; portuguezes.—Patachos, inglez *Mary Sweet*, para Dublin; sueco *Hoppet*, para Stockholm.

Fôra da barra fica um brigue. O mar está bom.—O vento esteve NE. brando, N., agora NE., regulares.

De Vianna do Castello, do dia 19

Entrou o hiate *Puritano*, de Lisboa, com carga da praça.

Saídas—Hiate *Christina*, para Lisboa, com milho.—Barca *Conceição Feliz*, para a Figueira, com milho.—Barca *Anunciação*, com milho.—Escuna *Anunrin*, para Pomorasa, no Guadian, em lastro.

Do dia 20

Entrou o patacho *Constante*, vindo de Vigo, aonde estava fazendo quarentena de 15 dias.

Não saiu embarcação alguma.

Em Espozende não entrou embarcação alguma nos dias 17 e 18.

De Villa do Conde, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento N.

Dos dias 18 e 19

Nestes dias não entraram nem saíram embarcações.

Mar bom.

De Caminha, do dia 19

Saíram o hiate *Bom Jesus do Monte*, para Aveiro. Mar bom.—Vento N.

Do dia 20

Entradas—Hiate *Nova União*, rasca *Sebastopol*, ambos do Porto, em lastro.

Saídas—Escuna ingleza *Ordine*, para Londres, com fruta; uma escuna prussiana, para Liverpool, com mineral e fruta; hiate portuguez *Rapido*, para Lisboa, com madeira.

Do dia 20

Entradas—Hiate *Bom Jesus do Monte*, de Caminha, com milho.—Cahiques, *Nugre* e *Tres Amigos*, ambos do Porto, em lastro.

Da Figueira, do dia 19

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiates portuguezes, *Voador do Mondego*, para a ilha de S. Miguel com varios generos; *Rio Cavado*, para Espozende com pedra; rasca *Conceição Nova*, com varios generos; cahiques *Ave Maria*, e *S. João Baptista*, para Peniche com sal.

Fôra da barra nada se avista.

Mar bom.—Vento NNO. regular.

Do dia 20

Entradas—Rasca *Conceição Feliz*, de Caminha, com milho.—Cahique *Bom Jesus*, de Caminha, com pescaria.

Saídas—Hiates, *Linha*, para o Porto, com pedra; *Esperança*, para Caminha, com sal; *Conceição*, para o Porto com palha; *Dios Irmãos Primeiro*, para o Porto, com varios generos.—Rascas, *Maria*, para Lisboa, com varios generos; *Correio de Aveiro*, para Aveiro, com carvão.—Cahique *Senhora do Rosario*, para Ceimbra, com sal.

Fôra da barra está um cahique e um hiate.

Mar bom.—Vento NNE. forte.

Da Ericeira, do dia 19

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar chão.—Vento N.

Do dia 20

Não entrou embarcação alguma.

Saíram o cahique, *Senhora do Livramento*, para Ceimbra.

Mar bom.—Vento NNO.

De Setubal, do dia 19

Entradas—Portuguezes, hiate *Elysee*, de Lisboa, em lastro; *Flor de Alcegar*, de Lisboa, com varios generos.

Saíram a canoa portugueza *Vencedora*, para Lisboa, com vinho.

Vento NO.

Do dia 20

Entradas—Portuguezes, galera *Vasco da Gama* de Lisboa com sal.—Hiate, *Recreio*, de Lisboa em lastro.

Saídas—Portuguezes, hiate *Senhor dos Passos*, para Lisboa com carvão; *Agua*, para Liverpool com fruta.—Bateira, *Conceição de Maria*, para Lisboa com carvão.

Vento NO.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 19

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra avista-se uma escuna.

O mar está bom.—Vento OSO. NNO.

De Tavira, do dia 19

Entradas—Patacho francez *Sumauz*, de Lisboa em 8 dias, em lastro; falcho portuguez *Primo* e *Santa Rita*, de Villa Nova de Portimão em 1 dia, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

De Faro, do dia 19

Não entrou embarcação alguma.

Saíram o cahique portuguez *Senhora do Rosario*, para Gibraltar, com pescaria.

Tempo de aguaceiros. Vento NO.

De Villa Nova de Portimão, do dia 18

Entradas—Portuguezes, cahique *Senhora da Piedade*, de Lisboa em 5 dias, com varios generos.

Saídas—Portuguezes, hiate *Adonis*, para Villa Real de Santo Antonio, com varios generos; falcho *Primo* e *Santa Rita*, para Tavira, com sal.

Mar chão.—Vento variavel.

Do dia 19

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento ONO. regular.

De Lagos, do dia 18

Ancoraram, sumaca hespanhola *Armonia*, de Torre Viega, para Villa Garcia.—Escuna ingleza *Martha And Mary*, de Marselha; arribadas por causa do tempo.

Não saiu embarcação alguma.

O mar bom.

Do dia 19

Largou a escuna ingleza *Martha And Mary*, para Falmouth.

O mar bom.—Vento bonancoso.

Directão geral dos telegraphos do reino, em 21 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 21 de abril—3 por cento consolidado a 46,50.	
Bolsa de Paris, em 21 de abril—3 por cento francez a 70,25—4 1/2 dito a 96.	
Bolsa de Londres, em 21 de abril—Consolidados de 94 1/4 a 94 1/8.	
Conta da receita e despesa do beneficio que a favor da sociedade das casas d'asilo da infancia desvalida de Lisboa teve logar no real theatro de S. Carlos na noite de 24 de março do corrente anno.	
RECEITA	
Donativo com que Sua Magestade Imperial se dignou auxiliar este beneficio.....	20\$000
23 frizas a 6\$000 réis.....	138\$000
1 do ex.º sr. cons.º José Augusto Braamcamp.....	18\$000
18 camareiros de 1.º ordem a 6\$500 réis.....	117\$000
24 ditos de 2.º ordem a 4\$000.....	96\$000
21 ditos de 3.º ordem a 2\$500.....	52\$500
1 ditos de ex.º sr. cons.º d'A-nadia.....	4\$500
1 dito do ill.º sr. José Antonio Simões.....	3\$110
60\$110 60\$110 429\$110	
Torrinhas, galarias e varandas, vendidas em globo.....	20\$000
63 bilhetes da platá superior a 1\$200.....	82\$500
1 dito do ex.º sr. dr. Nabuco.....	10\$000
92\$800.....	469\$110

Transporte.....		92\$800	469\$110
1	dito do ill. ^{mo} sr. José Joaquim Pereira da Silva.....	1\$500	94\$300	
460	bilhetes da platá. geral a 700.....	322\$000		
1	dito do ex. ^{mo} sr. Francisco de Paulo Castro e Lemos.....	1\$000		
1	dito do ex. ^{mo} sr. Felix Pereira de Magalhães.....	\$840		
1	dito do ill. ^{mo} sr. Gaspar José Viana.....	\$800		
1	dito do ill. ^{mo} sr. Antonio José P. Grandes.....	1\$000		
1	dito do ill. ^{mo} sr. José Gregorio Fernandes.....	2\$000		
1	dito do ill. ^{mo} sr. Manuel Rodrigues Carneiro.....	\$720		
1	dito do ill. ^{mo} sr. Amiceo C. Pimenta.....	1\$000		
1	dito do ill. ^{mo} sr. Antonio Al-tavilla.....	\$960		
1	dito pago no bilheteiro....	1\$200	331\$520	425\$828